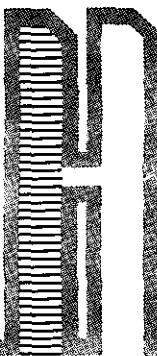




DIÁRIO



República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

SEXTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 20ª SESSÃO, EM 12 DE MAIO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Projetos de Lei

— Projeto de Lei do Senado nº 26/88, de autoria do Senador Edison Lobão, que estabelece normas aplicáveis à sistemática de compras governamentais das indústrias de pequeno porte.

— Projeto de Lei do Senado nº 27/88, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que institui medidas de auxílio às vítimas das enchentes ocorridas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e de incentivo à recuperação da economia das áreas atingidas.

— Projeto de Lei do Senado nº 28/88, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que "estabelece a legitimação processual de órgãos, entidades ou associações de classe, nos casos e condições que específica".

1.2.2 — Comunicações

— De Senadores que se ausentaram do País.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR MARCONDES GADELHA, como Líder — Análise da crise política e econômica do País.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES, como Líder — Execução financeira do Tesouro Nacional no mês de março do corrente ano.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Manutenção de órgãos federais na cidade de Cantagalo, RJ.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Centenário do nascimento do Dr. Carlos Moraes de Menezes.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Centenário da Abolição da Escravatura.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Reitera pedido de informações, feito em março de 1987, de cópia do inquérito policial que gerou responsabilidade criminal vinculada ao emprego irregular de verbas públicas alocadas à execução do "Programa Nuclear Paralelo".

SENADOR MAURO BENEVIDES — Reeleição do Dr. Jeovah Alves Damasceno para Presidente do Clube dos Diretores Lojistas, de Fortaleza.

SENADOR RUY BACELAR — Mandato do Presidente José Sarney.

SENADOR ALUÍZIO BEZERRA — Eleição do Sr. Rodrigo Borja, para Presidente da República do Equador, no último domingo.

SENADOR ODACIR SOARES — Necessidade de fiscalização no Instituto Estadual de Florestas de Rondônia.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Encerramento da sessão por falta de número para o seu prosseguimento e convocação de sessão extraordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 17, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL — Nº 65 e 66, de 1988.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

PASSOS, PÓRTO
 Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
 Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
 Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
 Diretor Adjunto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
 Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 6,00
Tiragem: 2.200 exemplares.	

Ata da 20ª Sessão, em 12 de maio de 1988

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Lourival Baptista e Francisco Rollemburg

**ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-
 SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Mário Maia — Aluízio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Araújo — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotonio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemburg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Lourengberg Nunes Rocha — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 26 de 1988

Estabelece normas aplicáveis à sistemática de compras governamentais das indústrias de pequeno porte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta deverão reservar às indústrias de pequeno porte uma participação nunca inferior a 20% (vinte por cento) do valor de suas compras.

Art. 2º Consideram-se indústrias de pequeno porte as pessoas jurídicas que tiverem receita bruta anual igual ou inferior a 160.000 (cento e sessenta mil) Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

§ 1º O limite da receita bruta será calculado tornando-se por base as receitas mensais divididas pelos valores das OTNs vigentes nos respectivos meses.

§ 2º Na apuração da receita bruta, será considerado o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício anterior.

§ 3º Caso o ano anterior não contemple integralmente doze meses da receita bruta, considerar-se-á como tal o valor médio das vendas mensais apurado no exercício considerado, multiplicado por doze.

§ 4º Constituída a empresa no exercício, o porte será obtido pelo valor médio das vendas mensais apuradas no período considerado, multiplicado por doze.

Art. 3º Não se inclui no benefício desta lei a empresa:

I — em que o titular, sócio ou acionista majoritário seja pessoa jurídica ou pessoa física domiciliada no exterior;

II — que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes

de incentivos fiscais e de participações em sociedades representativas de processos associativos;

III — cujo titular, sócio ou acionista majoritário participe, com mais de 49% (quarenta e nove por cento), do capital de outra empresa.

Art. 4º Os órgãos e entidades da administração que possuam registros cadastrais, na forma prevista no artigo 27 do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, deverão adequá-los em relação aos elementos necessários à satisfação das exigências dos artigos 2º e 3º desta lei.

Art. 5º A fiscalização do cumprimento da obrigação contida no artigo 1º caberá às secretarias de Controle Interno dos diversos ministérios.

§ 1º Nas entidades e empresas da administração indireta, caberá aos conselhos fiscais, subsidiariamente, a observância do disposto no artigo 1º.

§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta que, em face das características específicas de seus itens de compra, não puderem cumprir o disposto no artigo 1º, deverão apresentar justificativas apropriadas aos órgãos fiscalizadores.

§ 3º Para fins de avaliação da adequação do percentual fixado no artigo 1º, os órgãos e entidades da Administração deverão informar anualmente até 31 de janeiro ao Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — Cebræ, órgão vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio, o valor global de compras realizadas e o valor adquirido das indústrias de pequeno porte, no exercício anterior.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Tem o presente projeto o objetivo de democratizar o acesso às compras governamentais e

facilitá-lo por parte das empresas de pequeno porte.

O fortalecimento das empresas de pequeno porte no Brasil é imperativo dos tempos modernos e para isso deve-se assegurar a elas condições de maior competitividade no mercado, o que resultará em maior estabilidade à economia do País em face das crises conjunturais.

Os estudos de política industrial recomendam tal fortalecimento e a ampliação da capacidade de produção das pequenas empresas dentro da modernização da indústria brasileira.

O perfil da produção brasileira mostra que determinadas atividades são melhor desempenhadas por organização de pequeno porte. Em seus levantamentos constata-se a necessidade de se criarem incentivos ao seu desenvolvimento.

Países desenvolvidos ou em desenvolvimento utilizam as pequenas empresas como instrumentos anticíclicos e de apoio social por serem relevantes empregadoras de mão-de-obra.

Nos Estados Unidos da América, as pequenas empresas participam com 30% (trinta por cento), das compras governamentais e no Japão, com 35% (trinta e cinco por cento). No primeiro, há forte movimento para aumentar a participação de 30% para 45%, sob o argumento de que este último percentual corresponde a sua contribuição ao Produto Nacional Bruto.

O Brasil já possui experiência considerável na aplicação de mecanismo dessa natureza e na área de merenda escolar a descentralização das compras propiciou redução de preços e custos de transporte e armazenagem.

Estimulando o aumento da capacidade de produção da pequena empresa brasileira, ampliaremos o parque industrial, elevando significativamente a oferta de emprego no País.

Sala das Sessões, 11 de maio de 1988. — Edson Lobão.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27 de 1988

Institui medidas de auxílio às vítimas das enchentes ocorridas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e de incentivo à recuperação da economia das áreas atingidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pessoas físicas residentes e domiciliadas, e às pessoas jurídicas domiciliadas nos Municípios dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, comprovadamente atingidas ou prejudicadas pelas enchentes, ocorridas em 1988, ou por qualquer de suas consequências, ficam asseguradas os seguintes benefícios, entre outros que lhes forem concedidos:

I — diferimento, pelo prazo de 1 (um) ano, das dívidas contraídas com quaisquer instituições financeiras, observadas as regras contratuais;

II — parcelamento, em até 24 (vinte e quatro) meses, das obrigações tributárias e fiscais com vencimento entre fevereiro de 1988 e janeiro de 1989, ressalvados os critérios em vigor nos casos de parcelamentos;

III — criação de linhas de crédito subsidiada para a atividade pecuária; prorrogação do prazo de cadastramento fiscal, do prazo de entrega da declaração e do pagamento do Imposto de Renda

dos produtores rurais; isenção do Imposto Territorial Rural; supressão da cobrança do ICM por estimativa; e, adiamento da fiscalização especial da Secretaria da Receita Federal;

IV — implantação de programa de vacinação gratuita do rebanho bovino, e redução do frete cobrado pelas estatais que atuam no Pantanal;

V — liberação, pelo prazo de 2 (dois) anos, dos depósitos, corrigidos, no Programa de Integração Social — PIS, e no Programa de Assistência ao Servidor Público — PASEP; e das cotas do Fundo de Garantia por tempo de Serviço — FGTS;

VI — suspensão, por 24 (vinte e quatro) meses, dos pagamentos devidos ao Sistema Financeiro de Habitação — SFH, desde que comprovados os efetivos ou iminentes danos ou prejuízos econômicos aos imóveis, provocados pela inclemência das águas, ou quaisquer fenômenos naturais das decorrentes.

Art. 2º Na identificação das pessoas amparadas nesta Lei, e para a comprovação efetiva dos danos sofridos, quando necessário, a autoridade pública recorrerá aos governos dos Estados e dos Municípios atingidos, assim como aos órgãos, públicos ou particulares, que auxiliaram as vítimas das inundações.

Art. 3º O Poder Executivo expedirá o regulamento da presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Num fenômeno só comparável à grande enchente de 1905, na primeira quinzena do mês de abril de 1988, 70% do Pantanal sul-mato-grossense estava inundado. Na cidade de Corumbá o nível do rio Paraguai atingiu a cota de 6 metros e 62 centímetros, como ocorreu no início do século, e a região, como um todo, encontrava-se submersa em 79 mil quilômetros quadrados de sua área, segundo medições do Departamento de Meteorologia do Centro Nacional de Pesquisas Agropecuárias do Pantanal.

Configurada a calamidade, no Distrito de Porto Esperança, contaram-se 2 mil flagelados, sendo que 400 tiveram suas casas alagadas e danificadas, obrigando-a a procurar abrigo seguro. Mais de mil fazendas ficaram submersas, perdendo-se grande parte dos rebanhos e da pastagem. Ao sul do Pantanal, as águas do rio Paraguai chegavam com violência incomum, atingindo o nível máximo de 6 metros.

Com o transbordamento dos rios Taquari, São Lourenço, Cuiabá e Paraguai, 6 mil pessoas e cerca de 1 milhão e 600 mil cabeças de gado ficaram ilhados. Além disso, quando as águas baixarem, os animais sobreviventes, debilitados e sem alimento, enfrentarão o frio e as doenças, prevendo-se assim perdas em torno de 30% dos rebanhos.

Para retratarmos resumidamente a extensão dos danos, basta mencionarmos que as áreas inundadas englobaram as regiões de Nabileque, Nhecolândia, Paiaguás, Abobral, Porto Esperança, Amolar, Albuquerque e Jacadigo, o que representa 95% da extensão territorial do Município de Corumbá. As consequências econômicas desse desastre abalaram a estrutura empresarial dos

pecuaristas e refletiram em todas as atividades financeiras da cidade. A pesca foi paralisada em face do fenômeno conhecido como decoada, que nada mais significa que a deterioração da cobertura vegetal submersa e posterior redução do nível de oxigênio nos rios, fato que ocasionou um inestimável desastre ecológico com a mortandade generalizada dos peixes.

A pecuária sofreu as mazelas inerentes à inundação abrupta das propriedades rurais, qual seja, redução da produção de bezerros, aumento da incidência de doenças, destruição das cercas e até mesmo dos equipamentos das sedes das fazendas, e em muitos casos registraram-se enormes perdas no rebanho devido não só à profundidade das águas como à completa inexistência de pastagens.

O comércio entrou em situação de quase completa estagnação em face da nossa principal atividade econômica ser calcificada na produção pecuária e como se isso não bastasse, as pressões no âmbito fiscal evoluíram significantemente com a implantação da cobrança do ICM por estimativa e com a realização de extensiva fiscalização por parte da Receita Federal.

Quer a proposição, para a qual desde logo requeremos o apoioamento de tantos quantos Senhores Congressistas estão sensibilizados com o rigor da tragédia e comprometidos com a eliminação de suas consequências, estabelecer uma pequena série de benefícios às pessoas físicas e jurídicas vitimadas pela intensidade das chuvas e da cheia dos rios.

Basicamente tais benefícios compreendem o diferimento, por doze meses, das dívidas contraídas junto às instituições financeiras; o parcelamento dos débitos fiscais e tributários com vencimento entre os meses de fevereiro do corrente ano e em janeiro de 1989; a liberação, pelo prazo de um ano, dos depósitos do Programa de Integração Social — PIS, do Programa de Assistência ao Servidor Público — PASEP, e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, além da suspensão, por dois anos, dos pagamentos devidos ao Sistema Financeiro da Habitação, nos casos de imóveis parcialmente danificados ou mesmo destruídos pelas enchentes.

Pretende-se resgatar economia que há 200 anos convive harmoniosamente com a região, importando, portanto, salvar o próprio ecossistema do Pantanal, não se contando que a cheia deste ano compromete a produção de 1988 e 1989, conforme avaliação dos órgãos federais.

Intenta, portanto, criar condições objetivas para o resarcimento, embora parcial, dos prejuízos causados pela calamidade às atividades produtivas e às populações de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em condição idêntica a que há pouco contemplou o Acre e o Rio de Janeiro.

Acreditamos firmemente na aprovação do Projeto, em face dos argumentos produzidos e da recomendação do Ordenamento Maior do Estado que, interpretando com acerto a excepcionalidade da ocorrência de calamidade pública, às suas danosas consequências procura contrapor o remédio legal, rápido e eficaz, conquanto incomum, que possa minimizar, ao menos, a crueldade do evento trágico, as desventuras e aflições das suas vítimas.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1988. — Menezes Canale — Márcio Lacerda.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28 de 1988

Estabelece a legitimização processual de órgãos, entidades ou associações de classe, nos casos e condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos, entidades ou associações de classe poderão atuar judicialmente, em nome de seus associados e por solicitação desses, quando se tratar de pretensões a eles concernentes e relacionadas com o exercício profissional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Não é inédita a atribuição de **legitimatio ad processum** a entidades de classe para atuarem judicialmente em favor de seus associados. Haja vista a Lei nº 1.134, de 14 de janeiro de 1950, que "faculta representação perante as autoridades administrativas e a justiça ordinária aos associados de classe que especifica".

Por isto que, ao adotar em lei o critério atrás referido, estamos pretendendo de modo bastante mais generalizado e com a só reserva de tal atuação se fazer quando for caso de pleito relacionado com o exercício profissional.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1988. — **Nelson Carneiro.**

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Os projetos lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 11 de maio de 1988

Exmº Sr.

Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei do País nos dias 13, 14 e 15 do corrente mês, com destino ao Chile, em caráter particular.

Atenciosas saudações, — **José Fogaça.**

Brasília, 11 de maio de 1988

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 43, a, do Regimento Interno, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 16 de maio de 1988, pelo prazo de 10 dias, em viagem de caráter particular.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1988. — **José Ignácio Ferreira**, 1º-Vice-Presidente do Senado Federal.

Ofício/GAB/Nº 13/88

Brasília, 11 de maio de 1988

A Sua Excelência o Senhor
Senador Humberto Lucena
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 11 a 26 de maio do ano em curso, aproximadamente, para viagem ao exterior, a fim de submeter-me a tratamento de saúde, conforme recomendação médica sugerida no atestado anexo.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os protestos de estima e distinta consideração. — Senador **Roberto Campos.**

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — As comunicações lidas vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha, como Líder.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores:

Dentro da maneira mais objetiva e singela possível, a Liderança do PFL, que ora assumo, há de ser, fundamentalmente, um instrumento de aplicação e de divulgação do pensamento liberal moderno. Creio ser esta a melhor forma de servir ao meu País, se estiver certo Walter Lippman quando diz:

"O papel dos Líderes é custodiar os ideais da Nação, as crenças que a animam, suas esperanças permanentes e a fé que tornam o povo mais do que um mero agregado de indivíduos."

Estou convencido de que o liberalismo não apenas enfeixa os ideais da Nação brasileira, o seu modo de ser e evoluir, como representa uma tendência irrecorribel de todas as sociedades modernas, inclusive aquelas submetidas a controle estatal mais severo, onde, por sinal, prosperam, hoje em dia, as perestroikas, as aberturas e as primaveras ideológicas. É que o progresso humano depende cada vez mais do conhecimento, da inovação e da criatividade, vale dizer, das forças do espírito, e estas, simplesmente, não suportam guantes, camisas-de-força ou cabresto de qualquer natureza, não suportam a obscuridão e a falta de oxigênio. Tentar subjugá-las, por razões de estado, é uma pobre ilusão de que só resulta atraso, estagnação e inquietação social.

O liberalismo moderno a que me refiro, Sr. Presidente, envolve também os valores clássicos do Iluminismo: a tolerância, o respeito à opinião divergente, a rotatividade do poder, o pluralismo filosófico etc., mas inclui, ainda uma forte preocupação com a mobilidade social, o alargamento da classe média, a democratização do consumo, e neste ponto se confunde com a social democracia. O que lhe confere, efetivamente, o conteúdo de modernidade é a propensão para aceitar a mudança como a marca registrada do nosso tempo; é assimilar, como natural e desejada, a profunda revolução dos costumes, no comportamento e nos modos de produção que estão acontecendo, todos os dias, sob o influxo da ciência e da técnica, projetando-se numa espiral vertiginosa para além da imaginação. Nesse sentido, mais do que uma ideologia, o liberalismo é uma atitude diante da História, uma atitude inicialmen-

te de humildade, de disponibilidade e pragmatismo, de não brigar com os fatos novos, seguida de uma compulsão existencial, para envolver-se com eles até as últimas consequências.

No Brasil, professor o liberalismo é praticar o PFL. Sua expressão mais legítima e verdadeira, necessária e suficiente à sustentação desta vertente generosa do pensamento político, é lutar pelo seu fortalecimento e coesão interna. Estruturado em quase todos os municípios, massificado e aceito por enormes segmentos da sociedade o PFL, longe de ser uma exigua arena para exercício de senadores e deputados, ou uma propriedade de grupos políticos, é um patrimônio do povo brasileiro, que nele aprendeu a confiar, e pelo qual cumpre zelar ardorosamente; é um patrimônio que não pode ser dissipado ou atirado pela janela ao sabor de emoções circunstanciais, mas cuja preservação impõe sacrifícios e responsabilidades.

Da minha parte, Sr. Presidente, não medirei esforços para assegurar a unidade e o carisma da legenda, conquanto entenda que um grande partido tem elasticidade suficiente para abrigar simultaneamente a harmonia e o conflito, e que esse, num dado momento, pode significar mais um sinal de vitalidade do que um risco substantivo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o essencial da minha formação e prática política foi exercido na oposição. Durante anos enfrentamos um regime duro, autoritário e intolerante; lutávamos por princípios que hoje parecem comezinhas: o direito à reunião pacífica, o direito à livre manifestação do pensamento, o direito de voto. Lutávamos por uma descompressão política, pelo relaxamento dos controles sociais, que, uma vez ocorrido, tem a sua significação minimizada: revogação de atos institucionais, anistia, repatriamento de banidos e exilados, reintegração de cassados, convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Eram dias de medo e esperança; eram dias de ira e resignação; era um tempo de obstinação de fracasso, era um tempo de silêncio ominoso com o qual só uns poucos não compactuavam; tempo em que o jornal **O Estado de S. Paulo**, por exemplo, era constrangido a substituir os nossos discursos por um poema de Camões ou uma receita de bolo ou o desenho de uma flor; tempo em que se podia perder um mandato não por representar-se um perigo às instituições ou à segurança nacional, mas por uma frase mais incisiva ou uma palavra perdida em meio a uma oração.

Éramos jovens e descuidados da nossa sorte. Integrávamos um grupo de vanguarda da oposição congressual e vímos rolar, uma a uma, cabeças dos nossos companheiros, marcando o compasso daquele rude e insuportável diálogo entre a esperança e a esperança.

Por toda aquela imensa lida, Sr. Presidente, confronto-nos Brecht, quando adverte os pôsteros:

"E vós, que vireis na crista da onda em que nos afogamos, quando pensardes em nossas fraquezas, pensai, também, no tempo de sombra a que haverás escapado."

E porque venho de um tempo de sombras, Sr. Presidente, creio que a primeira tarefa fundamental da nossa geração, hoje em dia, aqui e agora, ainda, é provar a viabilidade do poder civil entre nós.

Pode parecer acaiana a sentença se tornarmos por inconteste que a índole liberal do nosso povo não se compadece com outra forma de governar que não civil e democrática, mas esta, infelizmente, ainda é uma hipótese que resta provar. No mínimo porque não há tradição ou secularidade do poder civil e democrático no Brasil, e a nossa História simplesmente não respalda qualquer posição axiomática sobre este assunto.

Em cem anos de vida republicana, a normalidade é a exceção, e a exceção é a regra. As interrupções da ordem democrática — rebeliões, golpes de Estado, deposições, ditaduras — têm marcado essa história sincopada da democracia no Brasil. As interrupções variam de algumas horas até vinte anos, como recentemente.

Nem se há de invocar a nova Constituição como selo de garantia para o futuro. Afinal, já tivemos, neste período republicano, pelo menos três Constituições tão democráticas, ou mais democráticas do que esta que estamos redigindo, lavradas todas elas sob os mesmos fachos inspiracionais e saudadas com o mesmo vivo entusiasmo e as mais cálidas expectativas, mas que, lamentavelmente, não conseguiram deter a marcha da insensatez ou impedir a ruptura da ordem jurídica por elas produzidas.

Também não vem ao caso olhar para os quartéis com suspeição. O problema não está nas estrelas, como diria Shakespeare. Este momento é só nosso, Sr. Presidente. Depende só de nós e não das nossas circunstâncias a afirmação do poder civil e democrático; depende só do descritivo e do espírito público com que venhamos a nos posicionar diante da crise atual e da competência com que venhamos a operá-la, o que, certamente, pressupõe algumas preliminares.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é preciso restabelecer a confiança do povo na ação política propriamente dita, de maneira a revogar o que de nos falam os institutos de pesquisa e opinião pública. Isto só acontecerá quando ficar claro, bem claro, que nós, políticos, somos capazes de tomar decisões, colocando uma espécie de lógica do bem comum acima dos resultados da próxima eleição, ou seja, quando ficar claro que somos capazes de sacrificar os dividendos do efeito externo em favor da nossa própria convicção.

Em segundo lugar, é preciso criar uma mística do império da lei. Estabelecer, de uma vez por todas, que democracia é o regime das leis e que estas estão acima de todos e de cada um, inclusive do povo.

Em decorrência, abster-se da tentação de inculcar o paradoxo pomposo de que, em dada circunstância, a lei possa ser inimiga da Justiça, ou inimiga do Direito ou da legitimidade, para estimular a desobediência civil, que pode ter a sua aura romântica, mas dissolve todos os elementos e todos os padrões de referência da sociedade.

Estas considerações são importantes, Sr. Presidente, para uma abordagem da chamada crise da transição e das chances de sucesso na sua administração, porque esta também é uma responsabilidade nossa e não um mister solitário do Presidente da República.

Há inegavelmente uma crise de grandes proporções, fruto de erros acumulados, mas há também uma forma útil de encarar esta crise; há

também uma maneira fecunda de abordar esta crise da transição.

A magnitude desta crise, Sr. Presidente, deve ser entendida, primeiro, como um desafio, e, sobretudo, como um modo de testar a eficiência do instrumental democrático de gestão.

Evidentemente, quanto maiores são as dimensões da crise, tanto mais consistente há de ser o exercício. Se conseguirmos superar esta crise, se conseguirmos quebrar a espinha dorsal da inflação e assegurar um crescimento sustentando, com o País socialmente estável e plenamente institucionalizado, se conseguirmos isto, teremos demonstrado, de forma tão cabal e terminativa, a superioridade da idéia democrática e, bem assim, a sua permanência, que, doravante, uma proposta democrática só poderá ser cotejada com outra proposta democrática, e não com nostalgias autoritárias ou messianismos irresponsáveis ou fantasiadas populistas.

Escusado, pois, dizer que compensa largamente assumir uma atitude positiva diante da crise, no sentido de solucioná-la, ao invés de agravá-la.

Ouso ir mais longe, Sr. Presidente. Ouso afirmar, com absoluta convicção, que vamos sair desta crise bem antes do que se imagina, seguramente já no início do próximo ano.

Não tenho, com isto, a intenção de contrariar o senso comum ou, simplesmente, épater les bourgeois. Exercito apenas o meu direito a uma observação não preconceituosa.

José Américo de Almeida Dízia: "Ver bem não é ver tudo, é ver o que os outros não vêem." Proponho uma variante mais humilde: "Ver bem não é ver tudo, é ver o que os outros não querem ver."

Nossas dificuldades configuram, Sr. Presidente, bem mais uma crise de Estado do que uma crise da economia. Esta mostrou-se extraordinariamente resistente depois dos cortes do fluxo de capital externo, e conserva todo o seu potencial de expansão, enquanto aguarda definições em três áreas de forte conteúdo político: a redução do déficit público, a negociação da dívida externa e o fim da Assembléa nacional Constituinte.

E surpreendente como conseguimos girar a economia razoavelmente, hoje, com um volume de importações semelhante ao que tínhamos em 1974. Por outro lado, o déficit público e o arrastamento dos trabalhos da Constituinte entram, também, como inibidores naturais de investimentos, e levam ao entesouramento da poupança nacional no mercado de capitais — um por permitir lucros não operacionais fáceis; o outro, por retardar a fixação das regras do jogo econômico.

Oitenta e dois por cento dos recursos aplicados hoje no mercado financeiro não são de bancos, são mesmo de empresas privadas ou de pessoas físicas.

Pode-se imaginar, Sr. Presidente, o que ocorrerá quando todo esse dinheiro, todo esse volume de recursos retornar ao setor produtivo. Não obstante, há indicadores importantes sobre a solidez e a potencialidade da nossa economia.

As pessoas não estão atentas, mas o fato é que o Produto Interno Bruto vem crescendo, nestes últimos 3 anos, a uma taxa de 6,5% ao ano. A balança comercial aponta para megassuperávits da ordem de 16 bilhões de dólares este ano. A agricultura deu um salto extraordinário, saindo da casa dos 50 milhões de toneladas de grãos,

onde se fixou durante 10 anos, para 68 milhões de toneladas, este ano, rompendo a taxa histórica de crescimento dos 4% para atingir picos de até 14% de crescimento. Hoje não importamos mais nenhum produto agrícola, como milho, feijão e arroz, tudo aquilo que compunha a chamada vergonha nacional; não importamos mais qualquer produto agrícola ou pecuário, salvo para cumprir acordos diplomáticos. O setor industrial, ou de baixo valor agregado tradicional, recupera-se gradualmente. E o que é mais importante, o setor moderno, o que garante o acesso ao futuro, não se perdeu em meio à crise gerada pelo estrangulamento externo. Telecomunicações, química fina, informática, tecnologia de novos materiais, biotecnologia, mecânica de precisão, energias alternativas, tecnologia aeroespacial...

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Marcondes Gadelha, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Só um instante, nobre Senador.

Tecnologia aeroespacial, oceanografia, enfim, em todos os campos verdadeiramente novos do conhecimento; O Brasil conseguiu, estabelecer-se, seja com um parque industrial consolidando, seja dominado processos essenciais, seja iniciando-se em cooperação. É no mínimo curioso que, num País que se diz sucata, tenhamos conseguido montar um negócio de alguns bilhões de dólares em informática, dominar o ciclo completo do enriquecimento do urânio, produzir fibras óticas, fibrocárbono, supercondutores, competir no mercado internacional de aviões, universalizar o uso da genética nos campos. É no mínimo comovante o esforço que o País vem fazendo, em sua retaguarda científica, para não perder o passo da modernidade, enquanto o mau tempo não cede. Os laboratórios estão acessos até altas horas da noite, porque lá dentro há gente que acredita no futuro deste País. E o intercâmbio cultural e científico é mais intenso do que nunca, pois 60% de todas as bolsas concedidas para pesquisadores no exterior pelo Governo brasileiro, nos últimos 30 anos, 60% foram concedidas nos últimos 3 anos.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ouço V. Ex^a, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senador Marcondes Gadelha, relutei em interromper a brilhante análise que V. Ex^a faz entre o relacionamento da sociedade e Governo, mostrando os aspectos positivos do esforço da coletividade brasileira. A minha retutância vem do fato que ouso discordar sobre a origem da crise deste período transitório. V. Ex^a colocou, e defende com muito brilhantismo, que a crise antes de econômica é do Estado. A crise política, na tradução da expressão de V. Ex^a, é que está gerando a crise econômica, quando, na minha opinião, a crise econômica é que está gerando a crise do Estado, e é muito fácil explicar o meu ponto de vista. Primeiro, ao longo da História poder-nos-emos apoiar em vários exemplos. O que foi a Revolução Americana de 1776? Nada mais foi do que consequência de uma crise econômica, pela cobrança exorbitante do imposto do sal da Coroa inglesa. O que foi a Revolução Francesa? Um abuso de uma

elite, cobrando tributos extorsivos da grande massa, a ponto de gerar aquele conflito social que modifcou o rumo da História da Humanidade. O que foi a Inconfidência Mineira, aqui, no nosso País? O que foi a Proclamação da República senão uma conseqüência da crise econômica gerada pela Abolição da Escravatura que está comemorando, amanhã, exatamente, 100 anos? Estamos vivendo uma crise econômica motivadora de toda crise política. A Revolução de 1930 também foi conseqüência da débâcle de 1929, da Bolsa de Nova Iorque, com os seus reflexos na economia brasileira. É fundamental o esforço do Governo para corrigir essas dificuldades da área econômica, para manter um equilíbrio político no Brasil. Mesmo porque, gostaria que V. Ex^e, com a inteligência fulgurante que o caracteriza, me apontasse no Mundo um país subdesenvolvido que tenha democracia estável. Todos os países desenvolvidos têm a sua política estável, sua democracia estável, sua forma de governo estável; todos os países subdesenvolvidos do Mundo estão expostos a golpes de Estado, revoluções, caracterizando esses países, diante do concerto internacional, como se republiquetas. O grande esforço, a grande preocupação é darmos apoio ao Governo, mesmo porque o Governo não é uma figura isolada do homem ou de um grupo de homens que compõem o Ministério. O Governo são todas as forças vivas da sociedade, para que, juntos, possamos, superando as dificuldades econômicas, conseguir a estabilidade política.

O SR. MARCONDES GADELHA — Agradeço ao nobre Senador Divaldo Surugay a sua lúcida intervenção. Permito-me apenas, fazer alguns reparos. Inicialmente, para dizer que não é verdade que a democracia seja necessariamente uma condição do nível de desenvolvimento econômico, que jamais atingirá às aspirações e às necessidades humanas, pois estarão sempre à frente da capacidade da sociedade de atender a essas aspirações. Do ponto de vista humano, haverá sempre uma insatisfação em relação ao que a produção do País pode oferecer em termos de bem-estar.

Lembro a V. Ex^e que todos os países que hoje são desenvolvidos e democráticos já eram democráticos quando tinham uma taxa de crescimento ou um Produto Interno Bruto menor do que o Brasil ou menor do que a maioria dos países subdesenvolvidos. No século passado, os Estados Unidos tinham uma renda per capita muito menor do que a do Brasil de hoje; a Inglaterra tinha um índice de alfabetização bem inferior à média dos países atualmente. No entanto, esses países já gozavam de uma democracia estável, com uma Constituição respeitada, com uma regularidade na transição do poder sem maiores convulsões sociais.

Não nego, Ex^e, a importância do quadro econômico na composição da estrutura, da harmonia, da paz social e da democracia de um país, em determinado momento. Se V. Ex^e atentar para a parte seguinte do meu discurso, verá que cheguei exatamente àquilo que propõe V. Ex^e, quando estabelece essa relação. Coloco na frente a crise do Estado, antes da crise econômica. Por uma razão muito simples: V. Ex^e mede a crise econômica, por exemplo, por indicadores, por gráficos, inflação da ordem de 600%, para dar só um exem-

plio. Eu afirmo que essa inflação de 600% e a crise econômica a que V. Ex^e alude são fruto da hipertrofia do Estado, da sua inficiência e do comportamento do Estado, da sua introversão, da sua abdicação aos liames com o setor externo. V. Ex^e, então, há de ver que há uma correlação, há uma antecedência entendendo eu, fruto de erros acumulados que está exatamente, nesse crescimento desmesurado do Estado, no paternalismo do Estado, nos gastos exagerados do Estado muito acima do orçamento, é isso que gerou a grande crise econômica à que V. Ex^e se refere. Só peço a V. Ex^e um pouco de atenção para a etapa seguinte do meu discurso, porque ainda estou na fase diagnóstica do quadro atual, para, em seguida, mostrar por que há uma crise de Estado antecendendo a todos esses problemas.

O Sr. João Menezes — Permite V. Ex^e um aparte Senador Marcondes Gadelha?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ouço V. Ex^e, nobre Senador.

O Sr. João Menezes — Eminente Senador Marcondes Gadelha, hoje V. Ex^e fala com a responsabilidade do Partido da Frente Liberal, e tocou no assunto que reputo da maior importância; é que o seu espírito se concentra, sobretudo, na concórdia partidária. É relevante e de muita importância, o pronunciamento de V. Ex^e, porque, se não chegarmos à concórdia políticas dentro dos partidos, então, nossa democracia está chegando às suas últimas conseqüências. É fundamental essa concórdia, e tenho a certeza de que, de nossa parte, o campo está aberto para que ela possa fazer-se e concretizar-se. É verdade que muitas vezes, para chegarmos a essa concórdia, temos que tomar posições que podem parecer duras ou podem parecer mais fortes ou até extemporâneas, mas, às vezes, necessárias, como um choque para despertar a necessidade de que essa concórdia precisa existir. V. Ex^e falou, também, em outro assunto importante referente à democracia. Todos falam em democracia, hoje, neste País. A democracia, hoje, é a palavra mais barata que se tem oferecido ao público, através dos meios de comunicação, mas poucos querem praticá-la. Quando não se respeita o direito do outro cidadão, não se está praticando a democracia, está-se praticando uma violência; quando não se aceitam as atitudes de outras pessoas, está-se violência. Pode-se criticar, pode-se não concordar, mas não se pode levar o ódio, não se pode levar a discussão para a parte odiosa e odienta, porque, se assim fizermos, não chegaremos à democracia. Talvez seja esse fato que vem contribuindo na História brasileira dos últimos tempos, os partidos políticos. Estão perdendo o sentido da democracia, quando ela é a alma das agremiações políticas. Sem democracia não existem os Partidos políticos e eles têm a obrigação, têm o dever, de contribuir para estabelecer esse equilíbrio democrático, para que a vida se possa normalizar, ainda no início de seu discurso, a crise econômica, ao que acrescentamos que a crise é econômica, a crise é financeira, a crise é social. A crise social, por diversas maneiras, e talvez até tenhamos que voltar ao tempo de Malthus, quando ele dizia que a população crescia numa maneira geométrica e os meios de subsistência, numa maneira aritmética. Isso está-se verificando no Brasil e no Mundo, e os homens de Governo

têm que se preocupar com esse problema, é indispensável, porque, segundo a observação popular, "em toda casa em que não existe pão, todos reclamam e ninguém tem razão". Vejo que V. Ex^e falou nos movimentos e temos que aceitar, num País como o Brasil, os grandes movimentos. Por exemplo, o Movimento Abolicionista, movimento extraordinário que tomou conta do País. Por quê? Não era um movimento contra ninguém. Era um movimento para restabelecer um estado social, era um movimento para criar uma nova orientação na política social do País e, por isso, foi um movimento duro a princípio, mas depois alcançou todos os setores da vida pública. Tivemos, há pouco tempo, o movimento para eleição de Tancredo Neves. Foi um movimento que tomou o Brasil inteiro, movimento que alcançou todas as áreas do País. Isso não podemos confundir nunca com os pequenos movimentos, aqui e acolá, que procuram apenas resolver interesses grupais, miúdos, diante da grandiosidade do nosso País. Este é um ponto fundamental, que V. Ex^e está abordando com muita proficiência. V. Ex^e falou e vai continuar a falar sobre déficit público. Esta é a grande dificuldade. Por que esse déficit público? Qual é a sua conseqüência? Será que foi conseqüência do próprio progresso, do próprio desenvolvimento de que V. Ex^e fala tão bem, demonstrando, com dados precisos, o que está acontecendo? Será que o déficit público foi criado por causa desse progresso e não é conseqüência dele? Chegou a hora de colocarmos um freio nesse déficit público. Para isso, temos que tomar medidas duras, drásticas e fortes, porque sempre influirão naquilo que chamamos de inflação. Todas as vezes em que se tomam medidas contra a inflação, contraria-se uma grande parte da população. Como V. Ex^e tem abordado todos esses problemas com grande proficiência e vai naturalmente enfrentá-los, permiti-me fazer essa pequena interrupção, para declarar que, com grande prazer e alegria, vejo que V. Ex^e faz com seriedade e, sobretudo, procurando, também, a palavra da concórdia, tão necessária e indispensável.

O SR. MARCONDES GADELHA — Nobre Senador João Menezes, V. Ex^e levantou um ponto muito interessante. Inclusive, reforça ainda mais a resposta anterior que eu havia dado ao Senador Divaldo Surugay.

Quando levanta a questão da Abolição no Brasil, V. Ex^e lembra com muita propriedade que a Abolição no Brasil acabou sendo uma convergência de opiniões. Enquanto em outros países houve guerras, enquanto em outros países a abolição foi um fato extremamente traumático, no Brasil este e outros problemas foram resolvidos por meios consensuais. A partir do Gabinete do Marquês do Paraná, tivemos no Brasil um clima de tolerância, de entendimento tão profundo que permitiu um surto de crescimento econômico, e tudo isso num regime que podemos considerar, hoje, olhando à distância, absolutamente democrático, embora naquele tempo a renda per capita do Brasil fosse muito inferior à que o Brasil tem hoje. As suas condições sócio-culturais também, os seus indicadores em termos de saúde pública, educação etc., isso não impediu que vivessemos — e o Mestre Afonso Arinos está aí para nos socorrer — um período de paz social, de harmonia, apesar de termos, naquele tempo,

níveis de desenvolvimento bem inferiores aos que hoje ostentamos.

O Sr. Divaldo Surugay — Senador Marcondes Gadelha, peço, mais uma vez, desculpas por estar ousando interromper o seu discurso, mas como V. Ex^a citou o exemplo apontado pelo Senador João Menezes como um equilíbrio de estabilidade e está buscando o testemunho daquele que é o venerando desta Casa, um homem cuja palavra ninguém ousa contraditar, tal a força da sua cultura, o Senador Afonso Arinos, queria apenas fazer duas colocações. Não vamos nunca usar este exemplo. Em 1850 foi proibido o tráfico negreiro. Em 1871 surgiu a Lei do Ventre Livre; em 1878, a Lei dos Sexagenários. Dentro de uma geração, não teríamos mais escravos no Brasil, em teoria, porque os escravos estavam chegando aqui e estavam sendo contrabandeados. Em 1888 o Imperador adoeceu, foi fazer um tratamento na Europa e a Princesa Isabel, num gesto que a consagraria na História deste País, no entanto num gesto mais de emoção do que racionalidade política, assinou a Lei Áurea. Nove meses depois, o Trono caiu, porque a base, o sustentáculo do Império estava apoiado nos grandes proprietários, cujo conceito de riqueza era a mão-de-obra escrava. Naquela época, o grande proprietário não são esses hoje que fazem a UDR de tantos mil hectares; naquela época, quem tinha mais escravos, mil escravos, obviamente tinha muito mais força do que quem tinha 500 escravos. Então, não foi tão suave como V. Ex^a acabou de colocar. E o exemplo que V. Ex^a deu de que o PIB dos Estados Unidos no século passado era inferior ao do Brasil de hoje, claro que era, mas os problemas sociais que os Estados Unidos enfrentavam naquela época não são os mesmos que o Brasil está enfrentando no dia de hoje. Pedindo desculpas a V. Ex^a, devo dizer que a crise, mais uma vez, reside numa base econômica, quando tivemos uma decisão, não digo paradoxal, mas pelo menos *sui generis*. Deve ser talvez a única, uma das poucas Constituições no Mundo que, no seu corpo constitucional, estabeleceu o limite de taxa de juros. Por quê? Simplesmente foi uma reação ao juro extorsivo que está sendo cobrado pelos bancos, como uma decorrência da crise econômico-financeira; uma decisão política como consequência de uma crise econômica. Com a experiência e com o talento que é uma característica maior da sua vida pública, o Senador João Menezes dá um exemplo concluinte, que é muito comum no interior do nosso Nordeste, lá na Paraíba e lá nas minhas Alagoas, é a sabedoria popular: "Na casa em que falta pão, todos gritam e ninguém tem razão". As consequências são de origem econômica. Vem fundamentalizar a razão de que todos devemos, num esforço acima de divergências partidárias, oferecer o apoio para que o País ultrapasse essas dificuldades e cheguemos a um porto seguro nessa fase de transição em que todos estamos envolvidos. Perdoe-me por discordar da essência do discurso de V. Ex^a. Realmente, para mim, V. Ex^a é um modelo de cultura política.

O SR. MARCONDES GADELHA — Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a pela intervenção. Não aceito, linearmente, esse provérbio, que, necessariamente, as pessoas brigam porque lhes falta pão. Briga-se, também, na casa onde sobra pão. Os países ricos, os países superdesenvol-

vidos hoje também são repositórios de conflitos. O conflito é essencial à vida democrática, nobre Senador. É por ele que as sociedades evoluem. Não vamos pregar a democracia como sendo a abolição dos conflitos, como sendo a abolição da disputa. E digo, jamais a economia de um país atenderá às necessidades e às aspirações do seu povo, que estarão sempre à frente, estarão sempre sendo criadas pelos meios de comunicação, estarão sempre criadas pelo efeito de demonstração. Não haverá, jamais, essa paz cerúlea que as pessoas esperam, e digo a V. Ex^a, com a mais absoluta convicção, coloco apenas o estado absoluto de pobreza e não os desniveis relativos que havia na sociedade do Império. O nível de desenvolvimento daquela época — V. Ex^a não discorda — era bem inferior ao nível de hoje. No entanto, logramos um período fecundo, um período de paz social, de entendimento, e, acima de tudo, conseguimos manter o elemento básico da democracia, que é a tolerância, que é o respeito à opinião divergente. Conseguimos manter isto numa casa onde faltava "pão", e que era exatamente a sociedade do século passado. Veja V. Ex^a o famoso discurso da Ponte de Ouro, de Nabuco, convocando Sales Torres Homem, Líder radical da Oposição, para integrar o Ministério da Fazenda do Império. E se promoveu a conciliação em torno de um projeto de qual este País jamais esqueceu e que, até hoje, não conseguiu reproduzir, em nível de qualidade, de eficiência e, sobretudo, de entendimento e de pacificação nacional.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ouço o nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Marcondes Gadelha, parabenizo V. Ex^a pela sua estréia, que relembra o jovem Deputado combativo dos seus primeiros mandatos da Câmara Federal. Naturalmente quero também entrar no seu discurso e dizer que concordo com o que V. Ex^a diz. Sou da opinião de V. Ex^a e não da opinião do meu nobre amigo e Líder Senador Divaldo Surugay, que a pobreza de um país não é fatalidade. Não. O problema de um país é mais resultante das suas péssimas políticas, do péssimo sistema político dominante nesse país. Para reforçar este argumento, citei o exemplo que o Analista político Guy Sorman cita no seu livro, quando diz: "observando a linha fronteiriça entre o México e os Estados Unidos, ficava observando o comportamento daquela massa que emigrava, aquela massa de pobreza, que emigrava do Sul para o Norte rico. E todo aquele comportamento do mexicano que era normalmente preguiçoso, relaxado, descuidado, quando atravessava a linha do Rio Grande, e ia para o Norte próspero, que tinha uma democracia estável, um comportamento de enriquecimento desse país, automaticamente mudava a mentalidade do homem mexicano, do pobre, do relaxado e do preguiçoso mexicano. Aparecia um imigrante ativo, trabalhador e que enriquecia rapidamente. Com este exemplo comprovo que era apenas o comportamento político que determinava o enriquecimento e a arrealização dos países. Este, o exemplo que queria citar e a interferência que queria dar ao discurso de estréia, como Líder do PFL, que V. Ex^a faz, nesta manhã, no Senado.

O SR. MARCONDES GADELHA — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador. V. Ex^a coloca com muita propriedade essa questão suscitada sobre a importância de determinadas condicionantes ou sobre a condução do Estado. É um retorno à eterna questão do determinismo histórico. Somos, necessariamente, vítimas das circunstâncias ou podemos incidir sobre elas.

Coloco-me, Sr. Presidente, numa posição de absoluto despojamento; não me considero dono da verdade. Entendo que há uma interação entre as duas circunstâncias, mas é fundamental o papel dos chefes de Estado, o papel dos líderes, o papel da composição da elite dirigente. Todos estes fatos têm uma importância, e não vou discuti-los, porque teríamos que rebuscar toda a História Universal para mostrar e perguntar o que aconteceria, qual seria a História Universal se Hitler tivesse morrido no front de guerra em 1916? O que teria acontecido se Napoleão não tivesse seguido em direção à Rússia? Enfim, é uma indagação eterna e não vamo-nos prender a estas circunstâncias. Entendo que aqui e agora — e pretendo explicar — a crise nacional é muito mais uma crise do Estado do que uma crise da economia. Pretendo explicá-lo na parte conclusiva, na parte seguinte do meu discurso, porque ainda estou na apresentação de dados, na apresentação de diagnósticos.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Pois não. Ouvirei o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso e, em seguida, pedirei aos meus companheiros que me deixem prosseguir um pouco com esta tese que pretendo desenvolver.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Nobre Senador Marcondes Gadelha, na verdade eu preferia escutá-lo com atenção e tecer algum comentário somente depois que V. Ex^a terminasse o seu discurso. Infelizmente, V. Ex^a sabe da vida agitada que temos nesta Casa; terei que me ausentar por alguns minutos e não sei se teria oportunidade de escutá-lo até o fim. Assim, não queria deixar de, neste momento, prestar a minha homenagem a V. Ex^a, dizendo que V. Ex^a traz à Casa um discurso que nos põe muito à vontade. Esta Casa está cada vez mais parecida com um seminário universitário; são teses que se debatem, e, nesta matéria, sentimo-nos todos irmãados e a gosto para discutir com propriedade e com espírito de civilidade que deve caracterizar o Senado. V. Ex^a estréia como Líder bem, porque traz à colação temas que são relevantes para todos nós e para o País. Só estranho nobre Senador, o que V. Ex^a tenha dado um tom otimista a seu discurso. Infelizmente, a realidade não muda quando, ao falar-se sobre ela, se adota um tom otimista ou pessimista; ela existe e segue o seu curso. V. Ex^a — e não prestei atenção se já estava presente o Senador Albano Franco, eu o vi depois e gostaria imensamente de ouvi-lo a respeito do que disse V. Ex^a — pintou V. Ex^a um quadro tão favorável que, realmente, custa-me a crer por que haja tantos problemas no Brasil. V. Ex^a chegou a dizer que estamos crescendo a uma taxa de 6,5% ao ano (PIB), e não fez a análise desse crescimento. V. Ex^a verá, e disse que boa parte do crescimento — e o dado de 6% não sei onde o obteve...

O SR. MARCONDES GADELHA — É da Cepal, Ex^r V. Ex^r é um homem desta escola e creio que há de ter o respeito pela seriedade da Cepal. Creio que a Cepal não divulgaria números inexatos.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sou da Cepal. Fui Diretor da Cepal. Porque conheço suficientemente a Cepal, prefiro ver os nossos dados mais próximos das fontes, pois a Cepal os corrige anos depois, quando chegam as reavaliações. Entretanto, não quero entrar na polêmica, aceitemos os 5 ou 6%. V. Ex^r disse que a agricultura cresceu violentamente, o que é verdade. V. Ex^r verá também que na composição deste crescimento...

O SR. MARCONDES GADELHA — V. Ex^r também admite que é verdade que vamos ter um superávit bem elevado este ano na balança comercial?

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Admito. Não estou discutindo isto. Ainda não coloquei a minha questão.

O SR. MARCONDES GADELHA — Então, estamos de acordo com os números?

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Não. Esses 6% querem vé-los mais de perto; mas gostaria que fossem os 6%. Acredito que uma boa parte se deve ao crescimento da agricultura, que foi, realmente, muito forte. Cumpre notar que esse crescimento se deu, apesar de toda a gritaria relativa à reforma agrária — ocupação de terra, o fim do mundo, ninguém investe —. Investiram sim, investiram muito. Os investimentos não se compadecem com essas pressões sociais apenas, há muitos outros fatores. E quando a política do Governo ajuda o crescimento. Houve uma sustentação de preços, notadamente graças à ação do Banco do Brasil e do antigo Presidente do Banco do Brasil, que, contrariando muitas vezes o ministro da Fazenda do meu Partido, sustentou o crescimento de maneira corajosa. No entanto, nesse bojo há uma distorção também, o crescimento do setor financeiro. Alguém já disse aqui que nós ontem — e me exime de ter participado, porque não participei — colocamos na nossa Constituição algo insólito: o limite da taxa de juros, e que teria sido feito em função da reação que existe, por causa exatamente da exacerbão, da participação do setor financeiro no Produto Nacional, que foi muito grande. Apesar dos dados otimistas de V. Ex^r, não creio que devamos, pura e simplesmente, achar que tudo depende apenas do setor político. Das políticas, sim, inclusive das políticas econômicas. Estamos diante de um impasse, que é grande, e talvez não estejamos respondendo à altura — e este nós não é o Governo, — somos nós da Assembléa Nacional Constituinte, nós em geral, no Brasil. É que houve uma internacionalização muito forte da economia e o Mundo hoje marcha a passo novo, inclusive na política. Esta manhã esteve aqui o Primeiro-Ministro da Tchecoslováquia, e pelo que me informou o Itamaraty, é um homem da *glasnost* na Tchecoslováquia; Otta Sik trabalhou com ele. O que está acontecendo de modificação do sistema econômico mundial é muito forte e o Brasil, a meu ver, não está tomando posições claras nesta direção. Li a entrevista de um dirigente do Partido Comunista Italiano que esteve conosco recente-

mente, Sr. Napolitano, em que ele dizia que a questão da internacionalização era um fato, um processo, e que se tratava de saber quem é que a faz, por que ela existe. Seremos internacionalizados por pressão das circunstâncias, ou nos internacionalizaremos, por que tornaremos decisões que nos levaram a uma internacionalização compatível com nosso interesse nacional? Não creio que o Brasil tenha-se preparado para essa nova etapa. Não creio, que apesar das noites dormidas dos que trabalham nos laboratórios, é verdade, nas universidades, os que produzem, tenhamos tido já uma compreensão real do desafio do século vindouro. Não acredito estejamos realmente abrigados de quaisquer desastres futuros. E a mim me preocupa muito, pois justamente — como lembrou V. Ex^r — fui da Cepal — o que aconteceu com a Argentina. Temo que possamos passar por um processo de argentinização. E isto é uma questão do crescimento relativo, e não do absoluto. Mesmo que esses dados todos — por isto mencionei esses dados — sejam verdadeiros — tomara que sejam — isto é preciso ver na perspectiva do que está acontecendo com o resto do Mundo: com o Sudeste da Ásia, com a renovação da Europa, com a integração da economia europeia com a economia soviética, o que está acontecendo na China, o que ocorre nos Estados Unidos, a integração do México e do Canadá com os Estados Unidos. Então, nunca se pode tornar um dado isolado. Acreditamos que no Brasil não estejamos efetivamente numa fase em que possamos dizer que nos estamos preparando para o século vindouro. Não estou dizendo que seja o Governo que V. Ex^r representa nesta Casa e que, em grande medida, é composto por homens do meu Partido. É um processo mais geral, que tem a ver com a interação com a sociedade. Não creio, Senador Marcondes Gadelha, que se dissipem essas nuvens que há no horizonte simplesmente por se adotar o tom otimista. Há problemas reais, difíceis de serem lidados. Acredito também, V. Ex^r, ao fazer essa relação entre o econômico e o político, já deu a solução. Creio que seja de boa solução imaginar que há o predomínio econômico sobre o político, que o político predomine sobre o econômico. V. Ex^r já o disse e tantos já o disseram antes: o homem faz a história, em circunstâncias dadas — Marx, estou citando — ou, então, toda aquela discussão que V. Ex^r, homem culto, sabe, da geografia humana de Pierre Monbeig e Laffontaine, de toda essa gente a respeito de qual é a relação e o meio. Não adianta voltarmos a esta questão.

O SR. MARCONDES GADELHA — Claro.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sabe V. Ex^r — e aqui me valho do Senador Divaldo Surugay, grande historiador — não é certo que, ao final do processo de escravidão, não tivesse havido uma crise política terrível, de consequências terríveis. Caiu o Império. Caiu o Império porque os empresários de São Paulo, os homens da agricultura de São Paulo se aliaram à classe média dos militares, dos nossos avós, e fizeram a República. Isso tem consequências desse tipo, sim. Acho que agora...

O SR. MARCONDES GADELHA — É um paradoxo, porque, quando o Império caiu, estávamos mais ricos.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Não, não creio que estivéssemos mais ricos.

O SR. MARCONDES GADELHA — Desculpe-me, não quero interromper V. Ex^r. Prossiga no seu aparte.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Não foi minha afirmação. V. Ex^r citou o fato que, num dado momento, no Brasil houve possibilidade de uma conciliação. É de espantar — e aí é irresponsabilidade política mesmo — tivéssemos a conciliação no Brasil. Estamos perdendo é a conciliação. V. Ex^r falou de geração — não sei se é só a nossa geração, porque há várias gerações implicadas no processo. Os homens do presente do Brasil, hoje, estão vendo escapar pelas mãos essa possibilidade, e essa possibilidade havia. Nós, aqui, com a Nova República, fizemos uma imensa conciliação e, de repente, ao que estamos assistindo é o contrário: progressivamente estamos indo para uma situação de radicalização. Como disse V. Ex^r, isto depende em larga medida das elites, mas as elites têm comandos. Não se pode isentar os que comandam — comandamos em parte, mas há comandantes acima de nós, e há o supremo, que é o Presidente da República —, não nos podemos isentar todos desse processo. Se não formos capazes de um entendimento em circunstâncias melhores, não é uma razão suficiente para que não tentemos agora. Mas, agora, vamos tentá-lo com muito mais desconfiança, com muito maior grau de dificuldade. Neste sentido tem V. Ex^r razão. A elite brasileira atual foi incapaz de tirar proveito de um clima que se tinha criado no Brasil muito favorável à conciliação. Não creio agora, Sr. Senador, que a conciliação se produza e se produza assim, como que por milagre, nem será um subproduto dos eventuais avanços econômicos existentes, nem os avanços são tantos, como faz crer V. Ex^r, que dissipem as nuvens. As nuvens estão aí. As dificuldades para qualquer conciliação são muito maiores agora, e vai exigir de nós muito mais equilíbrio, muito mais vontade, muito mais capacidade de dialogar. Ao saudar V. Ex^r como o novo Líder do PFL, espero ter em V. Ex^r um constante interlocutor, e um interlocutor que, apesar de ter dado sinais de que o céu está-se dissipando, não se deixe perder olhando demasiadamente o horizonte, porque a terra, às vezes, está tremendo sob os nossos pés.

O SR. MARCONDES GADELHA — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, não ousaria reclamar conciliação, mas, tão-somente, uma convergência de ações em favor do povo brasileiro neste momento de crise.

Vejo que temos algumas posições em comum e isto já me deixa muito honrado.

Discordamos em pontos de vistas filosóficos, por exemplo. A realidade muda conforme venhamos a olhá-la de um ponto de vista otimista ou pessimista.

Respeito a opinião divergente de V. Ex^r, mas estou absolutamente convencido de que o pessimismo é sempre conservador, favorecendo a manutenção do *status quo*. Somente o otimismo é capaz de forjar, em algum lugar do espírito, condições para a superação de problemas.

Respeito a atitude de V. Ex^r e isto não nos coloca em conflito. O essencial é que estamos de acordo nos pontos seguintes.

Veja bem, Ex^a, tracei, aqui, os dados fortes da situação, aqueles que as pessoas não querem ver neste momento. Não vou eximir-me de mostrar o lado amargo da realidade e as condições para a superação deste problema.

V. Ex^a me ajuda e me socorre, quando fala na autarquização de nossa economia, nessa introversão, nessa perda do internacionalismo. Aponto esta exatamente como uma das vertentes da crise do Estado que estamos vivendo.

São dois ângulos: um, a hipertrofia; outro, a introversão.

Vejo, por antecipação, pelo menos, que V. Ex^a já aceita uma das hipóteses e isto me deixa muito feliz e muito honrado.

Vou mostrar, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, como há problemas muito sérios, e estamos aqui para discuti-los. Desde o começo de meu discurso fiz um enunciado da crise; reconheci a existência da crise e fiz uma invocação preliminar para um despojamento do espírito, para uma atitude não preconceituosa na análise, uma forma útil de se avaliar a crise.

Crise — V. Ex^a sabe — é também oportunidade. E oportunidade de que, neste momento? Oportunidade de afirmarmos o poder civil e democrático, de mostrarmos que a gestão democrática é tão eficiente ou mais eficiente do que qualquer outra atitude diante da Administração Pública. Mostrei esses pontos fortes.

E digo mais: V. Ex^a questiona, de forma oblíqua, o problema das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto. Há uma contraprova para lhe dar a tranquilidade de que não estamos em recessão: são os indicadores do nível de desemprego aberto.

Sabe V. Ex^a que recessão é sinônimo de desemprego. Não há outra palavra para qualificar recessão. Pois bem, o nível de desemprego, pela primeira vez em uma década, está abaixo de 4%. Quero crer que é um dado que reforça a impressão que temos de que o País está crescendo. Não vou discutir elementos de contabilidade nacional. Afirmo que são 6,5%, porque a Cepal me diz isto. Aceito uma colocação mais modesta do Ministro Maílson da Nóbrega, que fala que este ano cresceremos apenas 4%. Isto não altera em muito a substância das coisas. Importa que temos uma sociedade em movimento, importa que temos uma sociedade que não está estagnada, que não se encontra remansosa, perdendo em torno de si mesma, sem avançar, sem evoluir, sem crescer e, sobretudo, sem se modificar. Não importam os quantitativos dessa evolução. Importa se a sociedade está mudando de forma, se é mais apta, mais capaz, mais reivindicativa.

Sabe V. Ex^a que a possibilidade de futuro de um País, de uma região, num dado momento, não depende de seu estoque de capital, mas da qualidade de seus recursos humanos, da aptidão de sua população para aspirar e construir. A prova disto são a Alemanha e o Japão do pós-guerra. V. Ex^a há de convir comigo que eram duas sociedades com zero de estoque de capital literalmente arrasadas, onde não ficou pedra sobre pedra onde, depois do holocausto, não ficou mais do que um amontoado de tarugos fumegantes. Hoje, temos uma civilização exemplar, muito acima da maioria dos países vencedores, inclusive do Brasil, por causa da qualidade, da aptidão e da mobilidade da sua sociedade. Essa mobilidade, enxer-

go-a todos os dias, é isso que pretendo mostrar, neste momento, como outro elemento adicional, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

Dizia eu que esses elementos positivos, que são verdadeiros — V. Ex^a os chama de otimistas, mas são simplesmente a realidade — estão ocorrendo num regime da mais absoluta liberdade. Este é um dado importante. Paz interna e boas relações externas. São valores que não podem ser quantificados, mas têm uma significação econômica ineludível, pela livre circulação de idéias que promovem, pela rapidez da implementação das mesmas, pela ampliação do próprio espaço humano e geográfico. Esta liberdade tem também um custo que arcamos com certo orgulho, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, que é o crescimento incomensurável dos movimentos reivindicatórios.

Este País conviveu, nos últimos três anos, com nada mais nada menos do que 6 mil greves, em regime de absoluta tolerância e respeito, o que constitui a contraprova da resistência da nossa economia e do próprio tecido social do País. Para se ter uma idéia do que isto significa, lembro que só no ano passado tivemos 56 milhões de homens/dia de jornada de trabalho perdida. Não nos vamos alongar neste enunciado de pontos fortes, de pontos positivos que precisam ser enxergados. Por mais malévolas que seja a nossa maneira de encarar a realidade, não podemos cegar diante desse material, porque é com ele que temos que trabalhar, para a superação da crise, em favor do nosso povo, em favor das futuras gerações deste País.

Eu dizia que há uma crise do Estado e que este problema precisa ser resolvido, aqui e agora, e reclama o melhor da nossa atenção e do nosso espírito público.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nobre Senador Marcondes Gadelha, permite-me um aparte depois que V. Ex^a concluisse a réplica em relação ao aparte do Senador Fernando Henrique Cardoso? Poderia conceder um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Concedo a aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Eu também, a exemplo das mesmas circunstâncias que fizeram com que o Senador Fernando Henrique Cardoso se ausentasse, provavelmente não poderei ficar até o final do discurso de V. Ex^a. Preliminarmente, quero saudá-lo e, saudando V. Ex^a, estou saudando a presença do Líder do Partido que assume o ônus de ser Governo, paralelamente ao bônus que o Governo lhe dá. Isso não se dava nesta Casa. V. Ex^a surge, portanto, agora, como um pólo de atração em relação a nós da Oposição.

O SR. MARCONDES GADELHA — Espero ser apenas o contraditório.

O Sr. Jarbas Passarinho — Surge como um pólo de atração, na medida em que há alguém para defender, com a bravura, coragem, elegância e o talento que V. Ex^a possui, os atos do Governo. Isto para o Senado é extremamente importante, porque estamos aqui sem o contraditório a que V. Ex^a se refere. Tínhamos uma linguagem de modo oposicionista que o pequeno Partido

de Oposição aqui limitava-se a ficar ouvindo o ataque daqueles que Membros do Governo, atacavam o Governo sistematicamente. Então, esta é a preliminar que levanto. O segundo ponto é que acredito — discutimos alguma coisa que merece uma colocação intermediária. Quando o Senador Divaldo Surugay falou a V. Ex^a a respeito do problema "da casa em que não há pão, onde todos brigam e ninguém tem razão," e que V. Ex^a contraditou, lembraria que V. Ex^a indiscutivelmente não contestaria o ponto de vista de que a economia permeia violentamente o social e que consequentemente, o social se reflete no político. Não há como negar que, no momento em que há uma crise econômica, isto não se refletiu na área política; ela se reflete através do social. V. Ex^a agora mesmo acaba de citar esse terrível número de greve, o grevismo que se pratica no País. Todo mundo acha que só grevando poderá obter vantagens, poderá obter o aumento dos seus vencimentos ou de vantagens adicionais. Então, isto estimulou muito uma reação em cadeia porque também se descumpriu completamente a lei vigente, com o Governo assistindo a isto de braços cruzados. E a crítica vem ao tempo em que eu assomava a essa tribuna, na qualidade que V. Ex^a hoje tem, de Membro do Governo, defendendo o governo. Já ao meu tempo também o Governo não repelia aquilo que se traduzia por greves contra a legislação existente. Fala-se no Brasil real, do Brasil formal e, com isto, dá-se esse tipo de indicação. Mas eu ficaria mais ao lado do Senador Divaldo Surugay do que propriamente ao lado de V. Ex^a e do Senador João Lobo, embora conceda. Temos um exemplo agora, na Coréia do Sul, que está com um índice extraordinário de crescimento, com a economia revelando-se como das mais notáveis em crescimento do Mundo. No entanto, ela está em plena convulsão social. Então, não basta também a riqueza, como V. Ex^a sabe muito bem.

O SR. MARCONDES GADELHA — Exata mente.

O Sr. Jarbas Passarinho — São causas que se combinam.

O SR. MARCONDES GADELHA — Acrescento a V. Ex^a os conflitos nas ruas de Nova Iorque.

O Sr. Jarbas Passarinho — Exato. Erickh Fromm escreveu sobre as sociedades industrializadas e a prática da violência das sociedades, inclusive a violência contra si próprio, como um tipo de escapismo e de suicídio. Isto de fato não basta. Como se diz, milenarmente, "nem só de pão vive o homem". Consequentemente, temos que combinar as duas ações. O meu aparte é em nome da Bancada do PDS, para saudar a presença de V. Ex^a na tribuna. Agora, teremos a oportunidade, no Senado, de comparar números e discutir teses. Desejo sinceramente que V. Ex^a tenha o maior êxito no desempenho de sua função. Quando fui Líder do Governo, tinha em minha mesa uma frase de Churchill que dizia: "O Líder do Governo deve estar disposto a defender o Governo pelas piores coisas que ele faz ou pelas quais é atacado". Esta é a missão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) (Acionando as campainhas) — Solicito ao eminente Senador Marcondes Gadelha termine o seu

pronunciamento, pois o tempo de V. Ex^a está esgotado. E peço também não conceda mais apartes, porque há outros oradores inscritos.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, peço a tolerância de V. Ex^a, considerando que este é o discurso de abertura do meu trabalho como Líder do PFL. Creio que a Casa terá compreensão para esta circunstância.

Senador Jarbas Passarinho, estou honradíssimo com a presença e a participação de V. Ex^a neste debate. V. Ex^a tem absoluta e plena razão quando fala da necessidade de se estabelecer o contraditório no Senado Federal. Tinhamos, até algum tempo atrás, sete Líderes, todos falando a mesma linguagem de oposição. Até que surgiu a Liderança do Senador Rachid Saldanha Derzi, que minimizou um pouco esse quadro. Agora estamos tentando colaborar com o Senador Rachid Saldanha Derzi neste trabalho de fixar e estabelecer o contraditório nesta Casa. Isto é fundamental, porque o Parlamento é exatamente a Casa do diálogo, o Parlamento é a Casa do debate. Não se trata de emitir juízo de valor, de saber se o Governo é bom ou se é malsão. Importa saber se o Governo tem um canal institucional de expressão com as prerogativas que têm as Lideranças. Se fôssemos raciocinar pelo absurdo, sobre Senador Jarbas Passarinho, como o Regimento faculta a cada Líder falar pelo menos 20 minutos na sessão, se V. Ex^a multiplicar por 7, seriam 140 minutos de Oposição contra nenhum de Governo.

Considero um ato de justiça de V. Ex^a reconhecer que o Governo deve ter o seu canal de expressão, deve ter um meio para apresentar a outra face dos fatos. Conhecemos o apólogo dos dois escudos, desde os bancos escolares; conhecemos o princípio elementar da dialética que diz que a verdade só aparece pela contraposição de uma tese com uma antítese; conhecemos inúmeros provérbios populares que mostram que está na sabedoria do povo, está na alma da raça esta necessidade de se contrapor outro argumento. Há aquela eterna versão: "Existem sempre entre nós dois três verdades: a minha, a sua e a correta".

O Sr. Jarbas Passarinho — la justamente aproveitar a deixa de V. Ex^a para dizer que esse ditado asiático diz assim: "Todo fato tem três versões: a sua, a minha e a verdadeira".

O SR. MARCONDES GADELHA — Exatamente. De modo que fico extremamente honrado com a sua participação. V. Ex^a já foi Líder de Governo, na mesma função, e sabemos que realmente é uma missão árdua.

Pretendo, em seguida, dizer também que não considero esta tarefa tão difícil, como se pode, à primeira vista, imaginar. Ao final do meu discurso pretendo mostrar que a tarefa de defender este Governo não é tão difícil, como as pessoas supõem.

O Sr. Albano Franco — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Tem o aparte, o nobre Senador Albano Franco.

O Sr. Albano Franco — Nobre Senador Marcondes Gadelha, não tive a oportunidade nem o privilégio de ouvir a parte inicial do seu discurso, inclusive os dados e os números citados aqui

por V. Ex^a no seu importante pronunciamento na manhã de hoje, no Senado Federal. Inicialmente, desejo dizer da satisfação de ouvir V. Ex^a e, mais do que isto, congratulo-me com V. Ex^a por ter assumido o importante cargo de Líder do PFL nesta Casa. V. Ex^a é, efetivamente, um dos melhores valores do Senado Federal, principalmente pela sua combatividade, pelo seu valor intelectual e ético. Não posso deixar de reconhecer, de público, os valores de V. Ex^a. Realmente V. Ex^a merece o respeito e o apreço desta Casa. Também, aproveitando o ensejo do aparte do Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do meu Partido, acerca de números e perspectivas para o futuro deste País, efetivamente nenhum de nós aqui pode ou deve ser pessimista, principalmente num país com o potencial e a perspectiva do nosso. Temos em outros pronunciamentos feitos nesta Casa, cobrado um programa de estabilização econômica por parte do Governo. E V. Ex^a, em seu pronunciamento de hoje, vem fazer uma análise real das dificuldades por que atravessa nosso País. Posso inclusive dizer a V. Ex^a, nobre Senador Marcondes Gadelha, que, ontem mesmo, em contato com o meu Companheiro e dirigente do maior grupo industrial deste País, o companheiro Antônio Ernirio de Moraes, tive conhecimento de um dado que realmente não deixa de nos preocupar, acerca das dificuldades que enfrenta a indústria brasileira: os índices de produção de cimento este mês são os mesmos índices de produção do ano de 1980. Efetivamente, temos advertido e alertado o Governo que o País não tem condições de enfrentar medidas recessivas, não em vista do nosso crescimento demográfico, como também por uma série de outros motivos e razões. Não poderia deixar de, nesta oportunidade, associar-me às suas palavras sérias e importantes e dizer que estarei aqui ouvindo atentamente V. Ex^a, como também aqui estarei quando precisar discordar de opiniões, de dados ou de números de V. Ex^a. Aqui estarei no sentido de colaborar com V. Ex^a e com o próprio Governo.

O SR. MARCONDES GADELHA — Nobre Senador Albano Franco, a opinião de V. Ex^a tem, de minha parte, um acatamento muito especial, pela dupla responsabilidade social que V. Ex^a exerce, como líder de um setor importantíssimo e fundamental para a vida econômica do País e como Senador da República, representante emérito do seu Estado de Sergipe.

Nobre Senador Albano Franco, V. Ex^a reflete as mesmas preocupações de todos nós: a necessidade de se tornar medidas capazes de acelerar o processo de crescimento econômico de forma auto-sustentada.

Não há dúvida de que o setor de produção de cimento, elemento importantíssimo como indicador dos níveis de desenvolvimento, tanto quanto o consumo de energia industrial e o volume de exportações, esse setor deve preparar-se para possibilidade de retomada desse crescimento num prazo muito mais curto do que se imagina.

Esta, uma das minhas propostas desta manhã, nobre Senador Albano Franco. Eu dizia a V. Ex^a que, quando resolvemos os três problemas que estão implícitos na crise do Estado: o enxugamento do déficit público e, consequentemente, redução da inflação; quando conseguirmos resolver o problema do nosso relacionamento com

o setor externo — a renegociação da dívida; e quando concluirmos a definição das regras do jogo através da Assembleia Nacional Constituinte, não tenho dúvida de que a confiança neste País vai brotar de dentro e de fora, de todas as direções.

Há, neste momento, investidores estrangeiros preocupados e interessados em estabelecer-se no Brasil; há uma capitalização forte da empresa privada do Brasil neste momento; há, infelizmente, um entesouramento da poupança na busca de lucros não operacionais no mercado de capitais, que, lamentavelmente, é financiado pelo próprio Governo. O Governo produz inflação quando gasta mais, quando gasta acima de suas possibilidades, quando se sente constrangido, obrigado, como ocorre em determinada circunstância, ao colocar Título do Tesouro no mercado até para pagar pessoal, porque a reserva de contingência se encontrava com os seus limites virtualmente ultrapassados.

O Governo, neste momento, faz um esforço muito grande neste sentido. O Governo quer emagrecer os seus gastos, o Governo quer enxugar os seus gastos, o Governo só espera que a sociedade não lhe peça para interromper a sua própria dieta.

Isto veremos, nobre Senador, e quando isto acontecer, quando o Governo deixar de remunerar, a taxas altíssimas do mercado de capital, os seus Títulos, seguramente esses recursos refluirão para o setor produtivo e o seu amigo, diretor da empresa Votorantim, poderá ter a convicção de que terá um espaço largo, amplissimo, para aquela ânsia de produzir, que é natural nos grandes líderes industriais.

Sr. Presidente, há um lado amargo da História: há uma crise do Estado, e esta crise decorre, em primeiro lugar, da hipertrofia e ineficiência do Estado que têm gerado déficits monumentais, cobertos com Títulos da Dívida Pública, que, por seu turno, puxam a inflação para um patamar de 600%. De outro lado, na outra vertente, aquele fenômeno aludido pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, exatamente a introversão da economia, a sua autarquização, decorrente de uma ruptura com a comunidade financeira externa e que tem sido contornada com muita habilidade, com muito sacrifício e muito empenho pelo setor privado nacional.

É evidente, Sr. Presidente, agora é preciso enfrentar a máquina do Estado corajosamente, não apenas a administração direta, mas também as empresas estatais que se transformaram em verdadeiros mandarins, em verdadeiros xogunatos, em verdadeiros feudos, inteiramente impermeáveis e inacessíveis ao escrutínio da Nação. O Governo está fazendo a sua parte e iniciou um programa de enxugamento do déficit, de privatização das empresas públicas e de desregulamentação da economia.

O Governo quer ser frugal, o Governo quer gastar menos, o Governo quer ser histórico, o Governo quer emagrecer seus gastos. O Governo pede apenas que a sociedade não interrompa a sua dieta e o pedido não é à toa, Sr. Presidente. Há uma distância enorme entre a retórica e o agir de determinadas lideranças. Neste momento há um coro estridente pedindo ao Governo a redução do déficit público. Entretanto, ninguém se atreve a dizer e apontar onde se deve cortar. Ao contrário, muitas vezes se procura tirar proveito.

político das medidas amargas que o Governo é obrigado a tomar. Neste sentido, considero um ato de dignidade do Governo o congelamento da URp às vésperas da votação do mandato do Presidente da República. Conhecendo-se a explosividade do tema e o quanto se presta a explorações menos nobres, é um exemplo sobre o qual os Partidos políticos deveriam refletir.

Finalmente, Sr. Presidente, o Governo se empenha em romper o bloqueio nas nossas contas externas, de maneira a capturar, outra vez, a poupança do investidor estrangeiro, uma poupança que há de ser meramente suplementar, porque o essencial tem que ser feito em casa, com as nossas mãos, mas não podemos continuar, indefinidamente, sendo o país mais fechado do Mundo, sendo a economia mais introvertida, tendo que abaixar o prato da importação, indefinidamente, enquanto a economia cresce, as necessidades e as aspirações da sociedade evoluem, enquanto a necessidade da modernização impõe, necessariamente, mudança no seu acervo de capital, no seu aparelho produtivo. O Governo está tomando medidas no sentido de restabelecer não apenas a credibilidade, como a importância, a força que o Brasil sempre teve no concerto internacional.

Sr. Presidente, neste momento, tudo que se faz necessário é uma convergência de vontade, no sentido de eliminar este déficit público, de romper este estrangulamento ominoso que submete, que promove uma coactação no potencial da nossa economia. Sem dúvida nenhuma, teremos um retorno de poupanças ao setor produtivo e teremos novamente este País crescendo a prometendo à sua população tudo aquilo que secularmente conseguimos extrair da sua natureza exuberante.

A invocação que faço, neste momento não é necessariamente por uma conciliação. Entendo que a crítica é necessária, entendo que o conflito é um elemento imanente da democracia. O que se pede é apenas uma identificação de problemas comuns, um esforço coletivo em favor do povo brasileiro: que abdiquemos de ansiedades imediatistas, que abdiquemos de aproveitamentos políticos, para rapidamente superarmos esta inflação, reduzirmos o déficit e fazermos, enfim, aquilo que, agora, amadurecidos, depois de tanto sofrimento, depois de testados todos os milagres e todas as soluções heterodoxas, a nossa convicção diz que é necessário fazer.

É este o apelo, é esta a invocação que faço ao Senado da República, aos meus companheiros de Partido e, também aos companheiros da Oposição.

O Sr. Alexandre Costa — V. Ex^e me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCONDES GADELHA — Ouço V. Ex^e

O Sr. Alexandre Costa — Sr. Senador Marcondes Gadelha, não só desejo cumprimentá-lo, mas saudá-lo pelo discurso que faz. Pelo que depreendi, V. Ex^e convoca o Senado, e a classe política como um todo, a uma reflexão profunda sobre os dias difíceis que atravessa o País. Se tivesse que tomar partido, ficaria com o Senador Divaldo Surugay. Entendo que não há crises quando o povo está bem. As crises políticas, quase sempre,

na sua totalidade, geradas pelo descontentamento público, são momentâneas e transitórias, e as que permanecem, todas elas, ou quase todas, são fruto de crises econômicas como as que estamos vivendo no Brasil. Digo isso muito tranquilo, porque a crise econômica que vivemos não foi construída hoje. Ela se arrasta no tempo — vem de longe, de muito longe — a desafiar a inteligência e a capacidade de governantes e da sociedade, porque governo nada mais é do que a representação da própria sociedade. Eu ouvi apartes dos mais eminentes Senadores desta Casa. Ouví o do Senador Fernando Henrique Cardoso, que, se não se expressou mais positivamente, deixou bem claro que queria a quase impossível conciliação neste País, para dar solução à grande crise em que vivemos. Também comprehendo isso. Sei que é muita dificil, mas, quando as crises existem e as conciliações se tornam difíceis, quase sempre impossíveis, é quando as desejamos para defender os nossos interesses. Mas quando queremos a conciliação para defender os interesses maiores da Nação e do povo brasileiro, acho-a sempre possível, porque abriga a todos, sem exceção de Partido, de políticos, de líderes. E todos nós, não só políticos, mas a própria sociedade, somos responsáveis, devemos e somos obrigados a emprestar o nosso sacrifício e o nosso trabalho para debelar todo o mal que possa prejudicar a Nação brasileira. Contudo, se a conciliação é impossível, muito mais impossível será encontrar a solução para os nossos problemas, que são graves. Não será puxando o paletó, gerando crises políticas e utilizando as retaliações que iremos solucionar nossos graves e urgentes problemas. Assim dizendo, como homem do Nordeste, que, muito embora não seja um eufórico, mas acredito no Brasil, na classe política brasileira, nos homens, nos nossos potenciais, não posso, absolutamente, puxar nem desacreditar, tampouco achar, como V. Ex^e bem o disse que o Brasil não deixará de ser, num futuro breve, uma grande Nação, e tudo isso passará. Porque, para isso, as providências, a inteligência do nosso povo, o desejo patriótico de nossa gente estão sendo tomados. Resta-me congratular que V. Ex^e fez um grande discurso — o que, aliás, não constitui nenhuma novidade. V. Ex^e é um Líder nato, já provado, demonstrado, quer na oposição, quer no Governo, na defesa de idéias. Na Câmara dos Deputados, brilhou, lutando por tudo aquilo que hoje estamos alcançando, foram vinte anos de luta. E, hoje, quando V. Ex^e assume a Liderança do PFL, que ontem era ocupada pelo emblemático Colega Senador João Menezes, que aqui também lutou, que aqui emprestou a sua inteligência, a sua experiência, a sua capacidade a serviço da mesma causa. Não tenho dúvida de que a luta que V. Ex^e travará, de agora por diante, trará, num futuro que não está longe — não me atrevo a dizer que serão vinte anos, mas muito menos — trará dias muito alegres, muito felizes para a Nação brasileira e para o seu povo. Muito obrigado.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado a V. Ex^e, nobre Senador Alexandre Costa, por este testemunho de boa vontade que V. Ex^e dá, neste momento, da busca do entendimento em favor do interesse nacional, acima das nossas divergências. Isto é possível, porque o enfrentamento desta máquina do Estado, deste Moloch em que se transformou o Estado brasileiro, ou

a solução da crise externa, não são problemas de um Partido, não são problemas desta Liderança, não são problemas de V. Ex^e. É uma necessidade imediata e urgente de toda a Nação brasileira. Naturalmente todos podem abdicar dos seus preconceitos de curto prazo, no sentido de encontrar soluções ou, pelo menos, se não quiserem sair na linha de frente, permitir que o Governo conduza esta estratégia econômica, este programa mínimo que realmente enfeixa a necessidade do País neste momento.

Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, antes de encerrar este discurso, gostaria de fixar a relação entre a Liderança do PFL e o Governo. Entendo, Sr. Presidente, que o PFL é Governo. O PFL participa do Governo com cinco Ministérios importantes, e com outras funções decisivas na formulação das políticas de Governo. O PFL tem uma maioria de Bancada na Câmara dos Deputados amplamente favorável ao Governo, e uma maioria pequena, é verdade, mas uma maioria de qualquer forma, em favor do Governo aqui, neste Se- nado.

Ora, Sr. Presidente, uma Liderança não pode ser ambígua, uma Liderança tem que ser nítida, uma Liderança tem que ser previsível. É preciso que o Partido encontre na sua Liderança as posições que efetivamente espera, e não surpresas nel mezzo del camin.

Por isso, Sr. Presidente, afirmo, alto e bom som, que esta Liderança apoiará o Governo. Defenderei o Governo e o Presidente da República de todas as injustiças, de todos os agravos, de todos os ataques infundados, porque esta é a minha responsabilidade enquanto Líder de um Partido integrado e afinado com o Governo. Não mudou muito a correlação de forças no seio do Governo, em relação ao início da Aliança Democrática. O PFL nele continua, e exerceremos este papel confiante de que este é o sentimento da Bancada, até o limite em que isso possa conflitar com os meus princípios. Tenho absoluta convicção de que esta não é uma tarefa tão difícil como se imagina. Defender o Governo não há de ser necessariamente contrariar o senso comum ou a lógica, nem vai ser uma arte reservada a alguns iluminados. Sou um homem simples e vejo as coisas com simplicidade. Considero que não é uma tarefa difícil, pelo menos, por três razões.

Primeira, porque há um traço comum entre os principais críticos do Governo, que é o fato de que todos são seus ex-ministros e, portanto, co-responsáveis pela obra que criticam.

Falece-lhes, pois, autoridade, porque todos receberam delegação, atribuições, competências e confiança a mancheinhas para resolver os problemas da Nação. E, como o servo mau da parábola, enterraram seus talentos. E agora, Sr. Presidente, para exorcizar os seus fracassos, procuram transformar em bode expiatório aquele que lhes deu todas as prerrogativas, e mais, o baraço e o cutelo, e mais o cetro, a pala e o capelo e, sobretudo, a majestade da fala, que agora devolvem envenenada.

Os que não são ministros eram postulantes a ministro; queriam integrar o Governo que condenam, rondavam os corredores como vivandeiros palacianas e agora descobrem, de repente, que esse Governo é perverso, simplesmente porque não os abrigou em seus comandos.

Segunda razão, porque não considero difícil defender o Governo, Sr. Presidente, porque o maior Partido de oposição é, também, o maior Partido de Governo. Parceiro das mesmas decisões, sócios das mesmas responsabilidades e a fração que justamente hoje contesta o Governo foi precisamente aquela responsável pelo essencial da formulação da política econômica nos 2/3 do mandato decorridos. Foi essa ala heterodoxa, cepalina, keynesiana que montou o Plano Cruzado, um Plano que dilapidou as reservas deste País em oito bilhões de dólares, e por cuja insensatez, ainda, hoje, estamos respondendo. Foi também esta ala que criou um segundo Plano para corrigir o primeiro, e afundou ainda mais o País em suas tradições.

Não socorre sequer a este Partido a sua ambivalência, porque, Sr. Presidente pesa esse estigma e essa responsabilidade que nunca foi, até hoje, suficientemente cobrada.

Terceira razão, porque acredito firmemente que não é difícil defender este Governo dos seus críticos, porque, cegos de paixão, escolheram para atacar um flanco que o Governo não deixa nem deixará exposto jamais, que é a moralidade administrativa.

Sr. Presidente, este foi o primeiro Governo, e o primeiro Chefe de Estado que colocou a Polícia Federal em um Ministério para investigar irregularidades. Este foi o primeiro Governo e o primeiro Chefe de Estado que pediu à Igreja que lhe apontasse os corruptos para puni-los exemplamente, exatamente por ter uma consciência profunda da competência e da capacidade da Igreja pela sua onipresença, pela sua onisciência, pela sua ubiquidade, pela sua universalidade, por permear todos os quadrantes desta Nação, de apresentar em que nichos se incrustam os corruptos, para de lá serem arrancados e levados à barra do Tribunal.

O Sr. Ronan Tito — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. MARCONDES GADELHA — Só um instante, nobre Senador Ronan Tito.

Este Governo, Sr. Presidente, pediu o seu Ministro da Justiça assumisse uma atitude indomida e lhe cobra resultados constantemente.

Este Governo pede encarecidamente ao Congresso Nacional que aponte, também, os focos de corrupção, para que eles sejam seneados.

Este, Sr. Presidente, é um flanco absolutamente inabordável, e pelo qual as investidas se perdem numa estratégia insípida, que busca totalmente o sensacionalismo, mas que tem um custo que é a frustração e o travo amargo de decepção que pode trazer ao povo brasileiro, que tanto espera deste Congresso, como seu olho crítico, como seu agente social, de controle e de avaliação.

Ouço V. Ex^e, nobre Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Marcondes Gadelha, V. Ex^e profere um discurso formoso, hoje, nesta manhã início da tarde. V. Ex^e fala de algumas coisas com que concordo completamente. V. Ex^e disse que hão é difícil defender este Governo; também acho que não é difícil. V. Ex^e fala que os ataques que foram feitos, no que tange à corrupção etc., são todos defensáveis. Gostaria apenas de lembrar a V. Ex^e, inicialmente, uma característica que este Governo, e não estou falando no Presidente da República, mas no Governo

de um todo, sem dúvida nenhuma o tem. Eu pertenci a um Governo, não era o Governo da República, mas era um Governo estadual, como Secretário de Estado. Mós todos que fomos Secretários de Estado, no tempo que exerciamos o secretariado, mesmo depois quando alguns tiveram de deixar a secretaria, mesmo para vir aqui votar, por exemplo, as "diretas-já" ou para outros misteres, todos, sem nenhuma exceção, sobre Senador, mantínhamos uma verdadeira veneração pelo Chefe de Governo, enquanto vivo, inclusive. Algo que me causa estranheza é que todos os ex-ministros do Presidente José Sarney, talvez à exceção de um que hoje se mantém como Líder, por isto ainda continua dentro da órbita do Governo, todos saem dizendo ou, pelo menos, com certa ojeriza do Governo, como um todo, e não especialmente do Presidente da República.

O SR. MARCONDES GADELHA — É estranho!

O Sr. Ronan Tito — É estranho. E estou constatando um fato: não estou dando conta de analisar, porque estou fazendo um paralelo com o Governo a que pertenci. Por outro lado, foi dito também que o Ministro Dilson Funaro criou um plano heterodoxo que deu prejuízo às divisas desse Brasil. Os planos heterodoxos de economia não são uma invenção de brasileiros; o Galbraith esteve há pouco tempo no Brasil dizendo que ele mesmo chefiou um plano heterodoxo em 1946, logo após a Guerra. Israel deve estar no quarto ou quinto plano heterodoxo, a Argentina já experimentou com um outro nome, Plano Austral, talvez num terceiro estágio. O congelamento da economia é necessário para que uma inflação galopante, que às vezes se torna até em uma inflação cultural, seja coibida. Lembro-me, Senador, eu era Deputado — V. Ex^e já era Senador —, quando, em abril de 1986, o Ministro Dilson Funaro esteve nesta Casa, no Senado Federal, numa comissão, e disse — nós que já estávamos preocupados, nós que entendemos um pouquinho de economia política, não sou economista, não discuto economia, mas economia política é obrigação de todos os políticos discutirem — e me lembro bem, "Precisamos abrir um pouco e descongelar, para que a economia possa reajustar-se". No outro dia — não foi um mês depois — o Chefe de Comunicação do Palácio, hoje Governador Fernando César Mesquita, foi à televisão — é um fato público, não estou inventando nada — e disse: "Quem falar em descongelar a economia é traidor da Pátria". Pelo amor de Deus, Senador! E agora queremos jogar nas costas desse Ministro todo o desastre que o Plano deu? Quanto aos gastos de divisas, agora, neste momento, V. Ex^e sabe, como defensor do Governo, estamos recuperando todas as divisas. Este ano devemos ter um saldo talvez — vou ser otimista — de 15 bilhões de dólares.

O SR. MARCONDES GADELHA — Calculo 16 bilhões de dólares.

O Sr. Ronan Tito — Às custas de quê? Quanto custa isso para o povo brasileiro? Sabemos que a exportação acontece a partir daquilo que se produz e do que sobra do consumo, quando se atende ao mercado interno, quando se atende à população e se exporta o que excede tudo bem,

Senador. Mas será que somos o segundo maior exportador de grãos da face da Terra — e verdade seja dita, não vamos debitar isto ao atual Governo, mas aos anteriores também — depois que satisfizermos a fome de todos os brasileiros? V. Ex^e é médico, estamos padecendo de fome, que, eu diria, não é a fome absoluta, mas a fome carencial, fome de proteínas, uma fome endêmica, para, então, satisfazer uma balança, para satisfazer, também, a necessidade de divisas que temos. Há toda uma ambivalência num fato e outro, Senador. V. Ex^e é um homem reconhecidamente culto, não só um grande médico, e também um extraordinário economista, e sabe muito bem que o ônus caminha com o bônus em todas as fases, principalmente na economia, que é tão burra que só tem duas parcelas: o déficit e o crédito, e não tem três. Cada vez que nos regozijamos de estar exportando muito, é possível também que nós, como brasileiros que nós, de certa maneira, até na oposição somos Governo, na medida em que fazemos parte disso tudo somos até Governo na oposição, será que também a alegria é total? É completa? Ou nos entristecemos naquele momento em que sabemos que a exportação de soja engorda o boi europeu, mas faz faltar aqui proteína na mesa dos brasileiros? Quanto ao Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que aprendi a admirar há muitos anos como professor, como articulista, foi um dos poucos economistas deste País que ousou discordar dos grandes economistas, dos iluminados economistas deste País ao tempo do milagre, denunciando que não havia milagre, e que o santo morava lá fora e ia cobrar juros caros. E hoje nos esquecemos — e aí entro coro de V. Ex^e para defender também este Governo — que muitas dessas nossas mazelas se devem àquela levianidade terrível de estar captando dólares a qualquer preço e de qualquer maneira. S. Ex^e ousou dizer algumas coisas naquela época, através de artigos na imprensa, que era arriscado não concordar com o rei, porque o rei era absoluto, e depois como Ministro. Eu conheço o Plano Bresser. Poucos se deram ao luxo de lê-lo por completo, e foi apresentado ao Presidente da República, que o incentivou para que fosse em frente. Mas, de repente, ele apresenta um tripé, em que tinha, não só que aumentar a tributação. Existia no Plano Bresser, para coibir também o déficit interno, a questão de se mexer na URP, mas não de maneira desordenada e em todos os escalões. Ele propôs o fechamento de seis autarquias e empresas, mas propôs mais, e aí ele caiu: tributar o patrimônio. E porque ele não conseguiu coibir o déficit, porque não lhe foi dada a ocasião de implementar toda a sua política até o final, agora vamos chamá-lo de incompetente, e dizer que ele é o causador de tudo? Ele, naquele momento, teve a acuidade de fazer o que Dilson Funaro não soube fazer: dá-me o meu boné. Se o ex-Ministro Dilson Funaro, em abril, quando disse que deveria ter liberalizado a economia para que ela fosse reajustando-se, aquele momento em que Fernando César Mesquita, aquele porta-voz desenvolto, chamou de traidores quem queria desengessar a economia naquele momento ou descongelar, se ele tivesse feito isto, talvez hoje fosse um semideus neste País. Devo dizer que realmente quis responder a V. Ex^e, quando fala da Igreja e do Congresso. A Igreja, à que tenho o orgulho de pertencer, o Seu fundador preceitua

que ela deve ser fermento, luz e sal. A luz, ela coloca não nos olhos do indivíduo para cegá-lo, mas é colocada em cima, para iluminar os nossos passos; o fermento, nobre Senador, é colocado para levar a massa, lá na cozinha, e, se percebermos o gosto dele na sala, ele passou, e se tocarmos no assunto do fermento, na hora em que estamos comendo o pão, é porque ele não foi suficiente. O sal é assunto que também acontece dentro da cozinha, é para temperar a comida, mas, se for assunto da mesa, ou faltou ou passou. Isto é que deve ser a Igreja e quem assim preceitua é o Seu fundador, é Jesus Cristo, que a fundou e não a abandona. É obrigação da Igreja, o seu múnus profético, denunciar sempre que há evidências. E que evidências havia? Sr. Líder, os ex-Ministros, os homens que até poucos dias atrás freqüentavam o Palácio, freqüentavam as salas do Palácio, que estavam participando do Governo, é que disseram aqui, sob juramento, numa CPI, que havia corrupção. O que disse a Igreja em seguida? Se há corrupção, deve ser apurada. Mas, pelo amor de Deus! Não queira V. Ex^a e não queremos nós transformar a Igreja, que tem o seu múnus profético, em investigador de polícia! Cabe a ele anunciar, no seu múnus profético, e denunciar, e muitos profetas morreram porque anunciam e denunciaram, até o fundador da Igreja que se chamava Jesus Cristo, que foi o maior dos Profetas, e foi assassinado justamente porque anunciou e denunciou. E o Congresso Nacional fica por último. Não quero aqui assumir a defesa do Congresso Nacional, mesmo porque ele não está em julgamento. É possível, Sr. Senador Marcondes Gadelha, Líder do PFL, que, neste momento, estejamos um pouco assustados com o poder e com a atividade do Congresso Nacional. É bem possível. V. Ex^a e eu fomos colegas na Câmara dos Deputados à época em que o Congresso Nacional era emasculado. Falávamos numa Câmara de vazio, mas, mesmo nessa época, tínhamos as nossas CPIs, e procurávamos levantar todos os problemas que nos eram denunciados pela Igreja e por quem quer que fosse. Só, Senador, que falávamos em câmara de vazio, não havia eco. Ninguém contava lá fora o que tentávamos apurar nas nossas CPIs. V. Ex^a, eu e todos os que estão aqui sabemos, era nossa obrigação, mas não tínhamos a imprensa livre. Não era permitido que a imprensa dissesse lá fora o que estava acontecendo aqui dentro. Hoje talvez estejamos assustados, porque a imprensa noticia o que se passa aqui dentro. Congresso que não fiscaliza, que não está nas suas CPIs para apurar denúncias de ex-Ministros, vejam, bem, não é Congresso que se pode respeitar. Não é possível construir o Estado democrático que V. Ex^a, eu e todos os que estão aqui ansiamos, e queremos, e desejarmos, e aspiramos, e lutaremos por isto. Jamais construiremos uma democracia sem um Congresso ativo, sem um Congresso independente, sem um Congresso que tem a coragem de ir buscar as denúncias, instalar as suas CPIs e, às vezes, dizer coisas que são desagradáveis ao rei do dia, mas é obrigação do Congresso. Se não me falha a memória, a obrigação fundamental do Congresso é legislar, estamos fazendo isto, através da Assembléa Nacional Constituinte. É fiscalizar, anunciar e denunciar. Também temos o múnus profético. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso extraordinário que pronuncia, um discurso de co-

ragem, porque assume, como disse muito bem V. Ex^a, com nitidez, a sua postura. Eu também, Senador, assumi desde o inicio o apoio ao Governo José Sarney. Desafio alguém aqui a dizer o dia que fiz uma crítica de leve até o momento do rompimento, desafio alguém a dizer aqui o dia que deixei de apoiar um projeto do Governo. Fui para os debates, para as discussões, cobri algumas posições, mas quando achei que, no momento da História deste País, e este momento é o momento presente, em que este País, este extraordinário País, com tantas potencialidades, com tantas riquezas, o epicentro do Terceiro Mundo, este País tem tudo para sair desta crise, e estamos no imobilismo em que estamos, não se toma nenhuma atitude e, mais, em vez de se pensar em termos grandes de debate de economias e debate político, assistimos alguns Ministros do Governo José Sarney retaliando, retaliando companheiros que ajudaram a eleger Tancredo Neves e José Sarney, à-toa, com razão ou sem razão, não acho que possa haver razões para retaliar pessoas e governos. Assistimos deste Senado, e este Senado teve um momento em que foi cúmplice, na medida em que o dinheiro arrecadado do povo brasileiro, povo brasileiro que, às vezes, é por quatro anos, é por cinco anos, às vezes é parlamentarista e às vezes é presidencialista; e, em determinado momento, os recursos que são mandados para este Plenário, para serem aprovados, só vinham para os Governadores de cinco anos do regime presidencialista. Denunciamos isto daqui, foi denunciado do microfone, mais de uma vez, da tribuna deste Senado. Tive a esperança de que o Presidente da República não soubesse do fato, e por isso mesmo fiz a denúncia daqui, e não fiz uma denúncia em torno cinzento, em torno do azul, fiz a denúncia de casos concretos, eu disse Estados e disse cidades, falei de empréstimos, e neste momento, então, verifiquei que o Senado Federal estava coonestando retalições, e esta Casa não pode baixar a este nível. Todos os brasileiros em todos os Estados pagam impostos, e, na hora da divisão do bolo, todos os Estados e todos os Municípios precisam receber igualmente. Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente pela tolerância que teve comigo, e agradeço muito mais ao Líder Fernando — perdão, esta é uma brincadeira que pertence só a nós dois...

OSR. MARCONDES GADELHA — Decorre da nossa intimidade.

O Sr. Ronan Tito — Exato, que é da nossa intimidade, não pertence à tribuna. De maneira que peço perdão aos Srs. Senadores. Nós, na intimidade, temos alguns tratamentos que não devem vir aqui à tribuna. Peço desculpas a V. Ex^a por lhe ter tomado tanto tempo, mas é por levar a sério o discurso de V. Ex^a. E que pedi o aparte, para colocar a minha discordância, porque, se não levasse a sério o discurso de V. Ex^a, talvez eu ficasse com o meu microfone desligado. Muito obrigado a V. Ex^a.

OSR. MARCONDES GADELHA — Sou eu quem agradece a V. Ex^a, nobre Senador Ronan Tito, por este seu brilhante aparte, que tanto honrou e engrandeceu o meu modesto discurso. Lamento não poder responder a toda sua intervenção, porque o tempo já não me permite, mas gostaria de pinçar uns três ou quatro elementos

que me ficaram na memória. Primeiro, se bem entendi, conforta-me saber que V. Ex^a nunca se posicionou contra o Governo.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador, apenas para esclarecer: o meu rompimento com o Governo foi público, em determinado dia em que nós, 92 Parlamentares assinamos um documento e o encaminhamos ao Presidente do Partido. Até aquele momento não havia rompimento. Agora há.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sim, porque eu havia entendido que V. Ex^a jamais havia faltado com apoio ao Governo.

O Sr. Ronan Tito — Até aquele dia.

O SR. MARCONDES GADELHA — Até aquele dia.

O segundo ponto que gostaria de esclarecer nobre Senador — e quero deixar bem patente — é o meu respeito e, mais do que respeito, a minha devoção à Igreja Católica. Sou católico praticante, e tenho pela minha Igreja e com a minha Igreja um compromisso que eu diria existencial. Quero crer que também a atitude do Presidente da República se pautou por este respeito.

Não ficaria bem — V. Ex^a há de convir — depois que D. Luciano Mendes de Almeida faz uma denúncia pública de que possa haver corrupção no governo —, não seria uma atitude de respeito do Governo se colocasse este documento na quinta gaveta, e não lhe desse nenhuma consequência. A atitude do Governo foi uma demonstração da importância que atribui à Igreja e da veneração que tem o Presidente da República, como Chefe de Estado e como, cristão. É dever do cristão dar testemunho do seu tempo.

Conheço uma história pungente nobre Senador Ronan Tito, e esta não seria colocar a Igreja como delegado de polícia, como detetive ou como órgão de investigação. Conheço a história do Pastor Martin Niemoller, na Alemanha nazista, sobre este dever existencial do cristão, de dar testemunho do seu tempo, de denunciar as atrocidades, de denunciar a perversão do amor, de denunciar toda a forma de opressão e de contrafação das virtudes cristãs. O Pastor Niemoller, na Alemanha de Hitler, depois dos fatos passados, deixou este texto:

"Primeiro, eles vieram buscar os judeus, e eu não disse nada, porque eu não era judeu; depois eles vieram buscar os comunistas, e eu não disse nada, porque eu não era comunista; depois, eles vieram buscar os católicos, e eu nada falei, porque não sou católico. Por fim, eles vieram me buscar e, quando me levaram, não sobrou ninguém mais para falar."

Esta necessidade de dar o testemunho do seu tempo é uma responsabilidade também do cristão. E, ao se pedir isto, encarecidamente, não se está colocando sobre o ombro de um pastor nenhuma dragão militar, nenhum ouropele de polícia.

Finalmente, nobre Senador, vou encerrar, mas gostaria de dar uma palavra sobre a CPI da Corrupção, sobre essas CPIs das quais V. Ex^a falou que, no passado, participamos e aprendemos a admirar, colaborar com esse instrumento fundamental de investigação congressual.

Estamos, Sr. Presidente — e esta Liderança pretende colaborar com a CPI da Corrupção, o

Senador Alexandre Costa e eu, fazendo um contra-ponto, assumindo um contraditório em um colegiado de 11 Membros titulares —, estamos inferiorizados, numericamente e em termos de titularidade, a rigor, Sr. Presidente, não temos direito sequer a voto, só temos direito à voz; não podemos interferir sobre o cronograma de audiências, são feitas reuniões secretas e não somos convidados. Este é um quadro bastante diferente daquelas CPI a que V. Ex^e aludiu e da qual participamos, mesmo num regime de forças, mesmo num regime ditatorial.

Agora mesmo o Senador Alexandre Costa pede, delicadamente, com base no art. 153 da Constituição, § 35, uma certidão, da qual tem direito qualquer cidadão, em qualquer foro, em qualquer Tribunal. E essa certidão lhe é negada.

Quero crer, nobre Senador Ronan Tito, não é esta a transparência, não é esta a isenção, não é esta a imparcialidade que V. Ex^e aprendeu a admirar nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Mais ainda: a antecipação de pre julgamentos, de versões, de meias verdades, tem sido usada para denegrir a imagem do Governo dentro e fora do País. Isso não é de graça, isso tem um preço. Ex^e Isso favorece os nossos competidores comerciais. Quando uma revista europeia diz que o Brasil é o país mais corrupto do Mundo, isso prejudica a negociação da dívida externa. Sobre tudo isso agride brutalmente o nosso sentimento de justiça, porque sabemos que, efetivamente, se não se dá a certidão, é porque não existe nada, nenhuma acusação contra o Presidente da República nessa CPI.

Sr. Presidente, vou encerrar as minhas palavras.

Temos hoje, no Brasil, 60 milhões de pessoas com menos de 18 anos de idade. É tanto ou quase a população da França. Se conseguirmos abrir as portas da modernidade, colocar nas mãos desse segmento da população o instrumental de produção moderno, poderemos reproduzir no espaço de uma geração um Produto Interno Bruto igual ao que a França ostenta hoje. Para isto, Sr. Presidente, pedimos apenas que as pessoas tenham a isenção, na hora de encarar esta crise que estamos enfrentando, não esqueçam os pontos fortes, os elementos positivos que temos para a superação dessa crise; que não olhem as virtualidades do País com avareza, aquela avareza de que Eduardo Mascarenhas fala: a avareza do olhar, aquela que tenta diminuir tudo, aquela que tenta subestimar todas as ações que, neste momento o Governo tenta, exaustivamente, conservar, para entregar um país forte economicamente, justo socialmente e plenamente democratizado. Não podemos escapar às nossas responsabilidades neste momento. Temos um envolvimento com esta crise e por ela também teremos o caminho da afirmação da democracia, da consolidação, da estabilização deste regime neste País. Para isto uma palavra é importante emergir do meio do calor da nossa discussão — a tolerância. Quando esta palavra se converter em respeito pela opinião divergente, em reconhecimento pela ação alheia, teremos construído um país exemplar, um país tão forte em entendimento e compreensão, porque esta é a nossa obrigação, porque este é o nosso dever, porque outros sofreram, padeceram para que um dia tivéssemos direito a estas conquistas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Com a palavra o eminentíssimo Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA) Pronuncia o seguinte discurso — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inicialmente, peço desculpas àqueles que ainda ficarem por aqui, principalmente àqueles que, por acaso tenham procurado inscrever-se para falar como oradores, por estar utilizando uma norma regimental que muitas vezes condene, de falar como Líder.

Sr. Presidente, vou insistir em falar hoje, apesar do adiantado da hora, porque este pronunciamento venho tentando fazê-lo há mais de três semanas, inscrevendo-me para falar. E, por não conseguir-lo, solicitei, então, ao meu Líder me indicasse para falar pela Liderança.

Estou até um pouco rouco de tanto ouvir. É preciso falar um pouco. Não vou falar sobre CPI da Corrupção; o Líder do PFL já falou. Critica-nos, dizendo que pre julgamos e nos critica porque não queremos prejudicar. É uma questão de interpretação.

Sr. Presidente, não fui Ministro, nunca pensei em ser Ministro, mas tenho críticas a fazer também. Sou, no PMDB, daqueles que divergem do Presidente da República. Não preciso dar minha razões. V. Ex^e, que são políticos, compreenderão, mais do que eu, talvez, as razões que fizeram com que eu fosse um dos opositores desta Casa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a imprensa nacional acaba de divulgar os dados da execução financeira do Tesouro Nacional do mês de maio, publicados pela Secretaria do Tesouro, órgão do Ministério da Fazenda. Dia haverá em que esta Casa conhecerá estes números com antecedência da imprensa e do próprio público, não por qualquer privilégio de seus membros, mas por obrigação à fiscalização sobre atos e contas do Executivo que lhe compete. Por ora, limitamo-nos a tornar conhecimento do que a imprensa nos propicia, enquanto o próprio Titular da Secretaria do Tesouro regozija-se de administrar um rombo que, por último, é da responsabilidade do Poder Legislativo que o consagrou e legitimou na Lei Orçamentária em vigor. Como se, na legislação

que rege hoje a matéria, o Congresso Nacional tivesse qualquer poder sobre questão econômico-financeira e como se o angelical Poder Executivo nada mais fizesse do que fazer cumprir a Lei de Meios que aquele lhe impôs. Tivesse o Titular da Secretaria do Tesouro Nacional que se submeter à prévia aprovação do Senado Federal para ser nomeado para o cargo, tal como propus — sem êxito, aliás, à Constituinte — não teríamos esta lamentável interpretação dos fatos...

Apesar de tudo, desejo congratular-me com a Secretaria do Tesouro Nacional pelo significativo avanço na transparência da execução financeira do mês de março. Com efeito, só agora se começa a ter uma noção melhor da fusão dos orçamentos monetário e fiscal num único orçamento e dos mecanismos de financiamento do déficit de caixa do Tesouro. Lentamente, as contas do orçamento de crédito, que se constituem em cipóal indecifrável e inquantificável de vazamentos de rendas públicas, vão emergindo das sombras da tecnocracia e revelando a verdadeira anatomia do déficit público. Curiosamente, o Ministro da Fazenda, que há poucos dias esteve nesta Casa em memorável pronunciamento, parece não ter tido acesso aos dados da Secretaria do Tesouro. Pois ali estão inscritos os números que o Ministro da Fazenda tanto procura ocultar ou tergiversar. E são números do seu Ministério...

Mas, o que dizer os números da Secretaria do Tesouro?

Primeiro, que não é possível fazer comparação entre o período de janeiro/março de 1988 com igual período no ano passado. Por quê? Porque simplesmente as contas integrantes do orçamento de crédito não eram publicadas ou se quer consolidadas e conhecidas. Em segundo lugar, o déficit acumulado em três meses de execução financeira do Tesouro foi da ordem de Cr\$ 400 bilhões, sendo que mais 50 deste valor só no mês de março. A seguir este descalabro, a previsão autorizada pelo Congresso para o déficit público da União ter-se-á esgotado em meados do ano. Que fará, então, o Poder Executivo? Por enquanto, deveria mandar a Secretaria do Tesouro preencher a linha, na coluna OGU, 120% que por descuido do órgão, ficou em branco. Em terceiro lugar, preste-se atenção ao resultado do orçamento fiscal:

Em Cr\$ milhões

	Março/88	Jan/Mar/88	Jan/Mar/87
Resultado	180.644	292.990	46.622
Receita Disponível Bruta	207.934	550.571	536.012

É pena, Sr. Presidente, que, aqui, quando se fala no contraditório, não tenhamos, nesta hora, quem faça o contraditório destes números, porque estou lendo, exatamente, números do próprio Governo, que mereceriam a atenção dos nossos Líderes, os quais dizem que para aqui vieram para o contraditório e, infelizmente, não ficam para ouvir.

Qual a informação destes dados?

Que o Governo está provocando um verdadeiro colapso fiscal pelo alargamento inédito e progressivo do déficit neste orçamento. Entre janeiro/março de 1987 o balanço fiscal era positivo; entre janeiro/março/88, o déficit já era evidente e situava-se acima de 50% da receita disponível bruta. Em março, de 1988, este déficit já alcança 90% da receita disponível bruta. Vale dizer, a União Federal, no Governo Sarney, caminha celeremente para a falência.

Dirá, brejeiro, o Ministro da Fazenda, que isto é o que ele vem sistematicamente afirmando, daí concluindo pela urgência de medidas saneadoras

do déficit, começando pelo congelamento da URP dos funcionários. E aqui cabe a quarta observação sobre o quadro publicado: o peso relativo dos

gastos com pessoal entre janeiro/março de 88 sobre a receita disponível líquida foi efetivamente maior do que entre janeiro/março de 87, a saber:

Em Cz\$ milhões

	Jan/Mar/88	%	Jan/Mar/87	%
Receita disp. líquida	335.816	100	362.408	100
Pessoal e Encargos	289.453	86	212.487	59

Mas, veja-se bem. O valor absoluto da renda disponível caiu significativamente de um ano para outro, quando, dado o crescimento do PIB e a elasticidade positiva dos impostos, esta deveria

ter passado para um número que certamente teria preservado a porcentagem dos gastos com pessoal e encargos no recolhimento. Quando, aliás,

comparamos os dados de gastos com pessoal e encargos com recolhimento bruto, a diferença cai de 27 para 13 pontos percentuais:

Em Cz\$ milhões

	Jan/Mar/88	%	Jan/Mar/87	%
Recolhimento bruto	596.013	100	586.260	100
Pessoal e Encargos	189.453	49	212.487	36

Se é, ainda, verdade que os salários relevaram sua participação no recolhimento, não é menos verdade que isto vem ocorrendo pelo arrefecimento na expansão da própria receita. Isto, a propósito, não é nem um problema geométrico, em particular — gráfico, no dizer do Ministro Mailson!... — nem matemático em geral. É um problema econômico, resultante do declínio na taxa de crescimento do PIB e administrativo, porque de-

nunciador da perda de dinamismo e eficácia do aparelho arrecadador sob a responsabilidade do Ministro da Fazenda.

Fique, pois, registrada nossa quinta e desoladora observação do quadro publicado: não é a despesa que está crescendo, é a receita que está praticamente estacionária. De quem é a culpa? Quem se colocará no banco dos réus?

Vamos adiante, à nossa sexta observação, ainda no âmbito do orçamento fiscal. A taxa de crescimento dos salários e encargos da União no período janeiro/março de 88, comparado com janeiro/março 87, foi bem menor que os dispêndios com liberações ordinárias. No mesmo período, estas cresceram 40,7%, enquanto os salários apenas 36,2%:

Em Cz\$ milhões

	(A) Janeiro/Março/88	(B) Janeiro/Março/87
Liberações ordinárias	634.035 289.453	450.510 212.487

Isto significa que não são apenas os salários os responsáveis pelo déficit, mas, principalmente, outras despesas não classificadas no quadro e que muito apreciariam conhecê-las melhor.

Vale a pena insistir sobre um ponto sobre o qual muito nos temos batido: os encargos da dívi-

da mobiliária federal e o serviço das dívidas interna e externa. Não está explicado no quadro da Secretaria do Tesouro Nacional a diferença específica entre estas duas rubricas, nem se outras despesas financeiras da União, como os juros sobre depósito em moeda estrangeira estão aí computadas, se na conta A.4.4 outras despesas, ou, se simples-

mente foram esquecidas. Tome-se, entretanto, a somatória com dispêndios financeiros e compare-se com os dispêndios com salários e ver-se-á que apenas uma parcela dos gastos financeiros da União quase equivale a todos os salários, muito embora esta relação tenha melhorado no ano em curso:

Em Cz\$ milhões

	Jan/Mar/88	%	Jan/Mar/87	%
Dispêndios financeiros	185.101 289.453	64 100	174.831 212.487	82 100

Contudo, se somarmos aos dispêndios financeiros do orçamento fiscal, impropriamente aí lançados, porque todos eles consequência de operações de crédito e, portanto, mais dignos de contabilização em orçamento próprio (ITEM B — resul-

tado orçamento de crédito), vamos ver que — e esta é nossa sétima observação — na verdade, a União gasta praticamente o mesmo em juros e encargos do que com salários.

Em Cz\$ milhões

Janeiro/Março/88	
Juros e Encargos da União	278.134
Pessoal e Encargos Sociais	289.453

Com um agravante: os juros não estão congelados, enquanto os salários dos funcionários estão, fazendo com que no futuro balanço (abril/junho/88) esta relação não só se inverta, evidenciando o relevo maior dos gastos financeiros da União, como talvez o faça com grande desenvoltura, vez que as taxas reais de juros estão ascendentes no mercado interno.

Veja-se que não estou aqui tergiversando ou irresponsavelmente reverberando denúncias e acusações infundadas. Estou a comentar o demonstrativo oficial da execução financeira do Tesouro Nacional, que se deveria constituir base dos posicionamentos das autoridades econômicas do Governo, sobretudo o Ministro da Fazenda.

Mas, vamos adiante! Passemos ao orçamento de crédito. Em quanto importaram as liberações efetuadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, no primeiro trimestre de 1988?

Vejamos:

Liberações STN = Cz\$ 325.327 milhões

Estas liberações, como se vê no quadro, correspondem aos subsídios concedidos ao setor privado e Estados e Municípios, bem como ao consumo agrícola. Pois bem, também aí temos um número consideravelmente maior do que a folha de salários.

Isto, porém, pouco importa. Importa, sim, o fato de que as contas deste orçamento de crédito ainda não são suficientemente comprehensíveis, apesar da boa vontade da Secretaria do Tesouro Nacional.

O que significa, precisamente, cada um dos itens de 1 a 10 das Despesas do STN?

Estão aí computados todos os subsídios concedidos à economia?

Onde está aí, por exemplo, o subsídio ao trigo?

Onde estão as transferências às estatais deficitárias?

O subsídio ao álcool passa pelo Tesouro ou é absorvido pela própria Petrobrás?

Onde está a escrituração do resultado da Conta Movimento?

Nossa oitava observação, portanto, é a de que há necessidade de se explicar melhor as rubricas da execução financeira do Tesouro Nacional no que tange aos resultados do orçamento de crédito.

Quanto aos mecanismos de financiamentos do déficit, a conta resultado da dívida mobiliária federal nos traz uma verdadeira perplexidade: só no mês de março de 1988, atingiu-se 89% da previsão de lançamento de títulos para todo o trimestre. Na verdade, vez que este resultado líquido já está

para esta Casa para aprovarmos. Não podemos apenas homologar, referendar; temos que conhecer aquilo que teremos que aprovar.

E nisto, Sr. Presidente, tenho-me batido, não apenas como Senador mas até como 1º-Secretário da Casa: preparar a nossa assessoria técnica. Eles estão-se preparando para isto. Temos uma assessoria parlamentar do mais alto nível, temos assessores capacitados para nos dar este assessoramento de que vamos necessitar daqui por diante. Por isso fiz questão de fazer este pronunciamento hoje, fiz questão de falar, mesmo com um comparecimento menor, devido ao adiantado da hora. Sei que, se perdesse esta oportunidade de falar pela Liderança do meu Partido, não teria chance tão cedo, porque isto infelizmente acontece.

Há mais de 4 anos estou com um projeto de resolução para ser aprovado por esta Casa, fazendo com que aqueles que se inscrevam, com antecipação, tenham o direito de falar aqui, no Senado, e também para que a Ordem do Dia tenha um horário determinado. Esse projeto de resolução não é aprovado, porque temos a ditadura das Lideranças. Se for feito um levantamento de quem fala no Senado, normalmente verificaremos que falam os Líderes ou aqueles que falam pelas Lideranças. Pior do que isto, tornou-se praxe no Senado ter-se 10 minutos para falar e se fala durante 3 horas. E como fica o direito de cada um de nós?

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não. Ouço o nobre Senador Aluízio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Nobre Senador Jutahy Magalhães, em primeiro lugar, parabenizo V. Ex^e pelo pronunciamento, especialmente quando feito pelo Senador que é o 1º-Secretário. Realmente, V. Ex^e merece todo o apoio, porque visa dinamizar e democratizar o funcionamento desta Casa, tanto em função da oportunidade e da participação dos Senadores como no que diz respeito à dinamização dos trabalhos. Estes são os dois pontos básicos: a democratização, a participação, a intervenção e a disciplina dos horários. Isso traz no seu bojo, como consequência, o melhor aproveitamento do tempo para a apreciação das matérias submetidas à apreciação do Senado, e, assim, podemos dinamizar os trabalhos, não se acumulando matérias sucessivamente, de uma sessão para a outra, pela ausência, pela falta de funcionalidade do Regimento. Neste sentido, aproveito para transmitir a V. Ex^e o integral apoio ao seu pronunciamento, muito oportuno, hoje, nesta Casa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^e, Senador Aluízio Bezerra. Estou muito penhorado pela participação de V. Ex^e no meu pronunciamento. Vamos ver se conseguimos, a partir de agora, trabalhar juntos, para termos a nossa prerrogativa reconhecida, a prerrogativa de acompanhar a questão orçamentária, a sua aplicação, debatendo essas questões, e fiscalizar o Governo.

Como disse o Senador Ronan Tito em aparte ao nobre Senador Marcondes Gadelha, realmente eles estão estranhando o papel do Senado, o pa-

pel do Congresso, porque não estavam acostumados a ver alguém interessado em fiscalizar os atos do Executivo. O que assistimos da parte do

Executivo contra a CPI da Corrupção tem sido exatamente essa falta de compreensão do verdadeiro papel do Legislativo.

Mas este assunto fica para outra hora.
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO ORÇAMENTO

Janeiro - 1988, em Cr\$ milhares
(Dados preliminares)

Discriminação	Jan-88	Jan-87	Jan-87 Corrigido (2)	% (1)/(2)	Curva OGU-100% (3)	% (1)/(3)
A. Orçamento Tradicional (*1)	(43.276)	(11.471)	(53.134)	(18,5)	(115.465)	(62,5)
1. Receita Total	197.681	34.185	158.345	24,8	99.603	94,5
1.1. Ingressos Brutos	213.607	36.303	168.135	27,0	122.527	74,9
1.2. Incentivos Fiscais	(3.092)	(1.050)	(4.877)	(36,6)	5.057	(161,1)
1.3. Emp. Comp. — FND/Bacen	(12.834)	(1.065)	(4.933)	160,2	17.867	(171,3)
2. Liberações STN	240.939	45.656	211.479	13,9	215.058	72,0
2.1. Transf. Est. Mun.	34.139	8.277	38.329	(11,0)	45.119	(24,3)
2.2. Outros Vinculações	10.837	1.348	6.244	73,6	23.244	53,5
2.3. Pessoal e Encargos (*1)	(*) 1) 96.026	14.825	68.669	39,9	40.123	129,3
2.4. Enc. Div. Mob. Federal	13.738	9.996	46.301	(70,3)	21.291	(33,5)
2.5. Serv. Div. Int. Ext.	27.853	5.262	24.374	14,3	19.368	43,7
2.6. Finsocial	3.366	462	2.140	53,2	11.228	(69,9)
2.7. Fin-Proteco	1.500	167	774	93,9	4.508	(67,4)
2.8. Restos a pagar	31.753	145	672	4.627,7	0	—
2.9. Desp. Compromissadas	19.225	4.609	21.349	(9,5)	44.911	(57,0)
2.10. Outras despesas	2.370	565	2.617	(9,4)	5.032	(52,9)
B. Orçamento de crédito (1)-(2) (*2)	(*) 2) (57.409)	(43.445)	32,1
1. Receita Total	32.065	65.250	(50,9)
2. Liberações STN	89.474	105.745	(17,7)
2.1. Financ. Export. Finez	9.196	9.214	(0,2)
2.2. Ref. Div. Micro Peq. Med. Empresa	27	302	(91,1)
2.3. Saneamento Financ. Est. Mun.	5.820	4.159	39,9
2.4. Saneamento Financ. Bces. Estaduais	0	6.848	(100,0)
2.5. Relinac. Div. Externa (Aval T.N.)	35.190	25.758	36,7
2.6. Financ. Rurais	7.413	36.672	(75,3)
2.7. Financ. Agroindustriais	307	1.259	(83,5)
2.8. Financ. Política Preços Agrícolas	19.003	23.602	(19,5)
2.9. Estoques Reguladores	4.720	3.119	51,3
2.10. Ein. Comerc. Prod. Agraind. (Açúcar)	7.798	3.172	145,8
C. Variação conta suprimentos	24.330	9.356	43.337	(43,9)
D. Subtotal (A) + (B) + (C)	(76.357)	(155.930)	(52,0)
E. Dívida Mobiliária Federal	127.582	37.326	172.294	(26,3)
1. Colocações líquidas	479.078	136.765	633.475	(24,4)
2. Resgates	351.676	99.489	460.601	(23,6)
F. Resultado de Caixa do Tesouro (C+D+E)	51.023	11.228	554,0

(*1) Até 10/02/88 só tinham sido apropriada a maior parte das despesas de pessoal e importância de Cr\$ 66.119 milhões. Restam, portanto, Cr\$ 29.937 milhões a apropriar que só

é compreendida nas contas de suprimentos; a que podem ser dadas explicações:

Solicitações acima das efetivas necessidades ou erros na apropriação das despesas.

De qualquer forma, a diferença será compensada nas liberações futuras.

(*2) Devido à diferença na forma de registros das operações, não há disponibilidade de dados para 1987, separadamente para receitas e despesas.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

(Março 1988 - Dados preliminares)

Disciplinação	Mar-88	Jan-Mar/88	Jan-Mar/87	Correto	R\$ milhões	
					%	OAU-120%
A. Resultado orçamento fiscal (A.3) + (A.4) + (A.5)	(180.644)	(291.915)	(2)	(11/12)	(3)	(11/13)
A.1. Receita disponível bruta	207.934	350.512	526.012	2.7	567.719	101.3
A.1.1. Recalhamento bruto	226.748	356.013	584.260	1.7	611.267	2.5
A.1.2. Incentivos fiscais	(10.055)	(15.215)	(14.429)	5.6	(16.238)	(6.2)
A.1.3. Empréstimos computados (combustíveis)	(8.257)	(30.196)	(35.809)	(15.7)	(25.270)	19.4
A.2. Vinculações	(84.595)	(194.756)	(173.634)	12.2	(275.704)	(13.7)
A.2.1. Transferências a Estados e Municípios	(54.316)	(127.643)	(93.779)	(4.6)	(144.922)	(11.9)
A.2.2. Fintocad	(12.558)	(29.579)	(31.226)	16.3	(31.451)	(5.0)
A.2.3. Fin-Petrobras	(1.227)	(5.531)	(7.241)	(4.2)	(15.816)	(6.0)
A.2.4. Outras vinculações	(16.196)	(32.003)	(18.878)	69.3	(33.514)	(4.5)
A.3. Recurso disponível líquido (A.1) + (A.2)	123.329	355.816	367.408	(1.8)	344.015	3.4
A.4. Liberações ordinárias	(269.552)	(634.035)	(450.510)	40.7	(489.075)	29.6
A.4.1. Pessoal e encargos sociais	(109.449)	(289.453)	(212.487)	36.2	(127.041)	124.3
A.4.2. Encargos da dívida mobiliária federal	(57.171)	(109.710)	(99.864)	9.9	(66.448)	60.2
A.4.3. Serviços da dívida interna e externa	(34.776)	(75.391)	(74.801)	0.7	(35.916)	(44.5)
A.4.4. Outros despesas	(68.126)	(159.481)	(63.378)	151.8	(155.690)	2.6
A.5. Alíquotas de cálculo	(24.431)	(13.771)	134.724	(110.2)	—	—
A.5.1. Restas a pagar 1987	(12.281)	(64.509)	(9.746)	561.9	—	—
A.5.2. Reforma Fin-Petrobras	4.151	10.470	31.182	(66.6)	—	—
A.5.3. Variação das contas de suprimento	(25.201)	40.318	112.388	(64.4)	—	—
B. Resultado orçamento de crédito (B.1) + (B.4)	(37.749)	(102.199)	—	—	(137.192)	(25.3)
B.1. Receitas próprias	64.961	137.247	—	—	202.363	(32.2)
B.2. Liberações SIN	(31.069)	(225.327)	—	—	(309.375)	(4.7)
B.3. Variação das contas de suprimento	28.670	85.881	—	—	—	—
B.4. Despesas SIN (B.2) + (B.3)	(102.710)	(239.446)	—	—	(309.375)	(29.5)
B.4.1. Financiamento das exportações - Fines	(7.229)	(21.873)	—	—	(28.773)	(2.2)
B.4.2. Ref. direcionais/programas, empresas	0	0	—	—	(914)	—
B.4.3. Saneamento finan. Estados e municípios	(6.922)	(10.831)	—	—	(12.986)	(16.6)
B.4.4. Saneamento finan. bancos estaduais	0	0	—	—	(21.384)	—
B.4.5. Refinaria, dívida e extrato (aval. T.N.)	(42.879)	(93.033)	—	—	(80.372)	(15.9)
B.4.6. Financiamentos rurais	(15.161)	(33.657)	—	—	(95.841)	(52.7)
B.4.7. Financiamentos agrindustriais	(953)	(3.460)	—	—	(5.931)	(41.7)
B.4.8. Financiamento político de preços agrícolas	(25.947)	(55.565)	—	—	(73.701)	(29.5)
B.4.9. Estoques reguladores	(1.265)	(3.749)	—	—	(9.741)	(61.3)
B.4.10. Fin. comérc. prod. agricola (água)	(2.404)	(9.313)	—	—	(9.903)	(6.0)
C. Resultado exec. financeira do orçamento (A) + (B)	(218.392)	(394.189)	—	—	—	—
D. Resultado da dívida mobiliária federal (D.1) + (D.2)	225.307	477.208	129.508	20.5	251.343	89.9
D.1. Emissões pelo valor líquido (*3)	538.797	1.576.378	1.977.272	(20.3)	—	—
D.2. Resgates	(312.410)	(1.099.170)	(1.847.714)	(40.5)	—	—
E. Resultado da caixa do Tesouro (C) + (D)	-6.994	81.019	—	—	—	—

(*1) Indicativo pelo IPC.

(*2) Deve-se diferir entre os termos de registro das operações não há disponibilidade de dados para 1987, especialmente quanto ao total e à variação do orçamento de crédito.

(*3) Total das dívidas direcionais ou direcionadas concedidas.

Valores positivos indicam aumento nas disponibilidades de caixa do Tesouro e vice-versa.

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Programação Financeira.

Durante o discurso do Sr. Jutahy Magalhães o Sr. Lourival Baptista deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Excluindo-se os campos petrolíferos de Campos, os maiores do País, mais de 60 por cento das reservas minerais do Estado do Rio de Janeiro estão localizadas no Município de Cantagalo, no noroeste fluminense. Na região que abrange Cantagalo e o município vizinho de Cordeiro, encontramos uma das maiores reservas de calcário do País, numa extensão de 26,8 mil km². Já estão medidas 850 milhões de toneladas de calcário, mas a potencialidade global da região ultrapassa os 2 bilhões e 500 milhões de toneladas de matéria-prima de excelente qualidade para a indústria-

lização do cimento. Em 1990, o polo cimenteiro de Cantagalo, que reúne dezenas de empresas, deverá produzir 10 milhões de toneladas do produto, ou seja, 25 por cento da produção nacional. Cantagalo é o principal polo fornecedor de cimento para a região sudeste do País, que consome cerca de 60 por cento da produção nacional e que, em 1990, estará consumindo mais de 30 milhões de toneladas de cimento.

Cantagalo possui, ainda, tradicional agricultura, pecuária de importância, indústria de laticínios e de alimentos e movimentado comércio. Além dessa diversificada vida econômica, que tem na indústria cimenteira o seu principal motor, Cantagalo é lugar de turismo para quem procura lazer e paz num clima ameno, de muitas belezas naturais, e também lugar de turismo cultural, pois, além de uma história que enriquece a História fluminense, a antiga Vila de São Pedro de Cantagalo é a terra do nosso grande Euclides da Cunha, pai da Sociologia e da Antropologia brasileiras. No Distrito de Euclidelândia está a casa onde nasceu o genial escritor e, na sede do município, o monumento do seu mais ilustre filho. Todos

os anos, intelectuais de todo o País e até do exterior, acorrem à bela e pacata Cantagalo para participar da Semana de Euclides da Cunha, quando é divulgada e discutida a obra ciclopica desse insuperável brasileiro.

Sr. Presidente, há alguns decênios funciona em Cantagalo, uma eficiente agência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE —, servindo ao município e a vários municípios vizinhos, coletando e tabulando dados sobre a realidade sócio-econômica, política e cultural da região, abastecendo os centros de informação da Fundação e de outras instituições públicas e particulares do País.

Sr. Presidente, não se sabem as razões, nem com que intenções, mas uma notícia infeliz circula em Cantagalo: a disposição do Governo de fechar a agência do IBGE no município, punindo toda uma região economicamente vital para o Estado.

O agouro, Sr. Presidente, vem no rastro de outra medida já consumada tão, ou mais, desastrosa do que essa; injustificadamente, foi fechada a Representação da Previdência Social Rural, do antigo Funrural, no município, causando muito tumulto, promovendo mais dificuldades para a sofrida classe dos trabalhadores rurais da região, milhares deles, bem como aos pequenos agricultores que, agora, estão sem atendimento, sem ter a quem recorrer para fazer valer os seus mínimos direitos e garantias de contribuintes e segurados.

Sr. Presidente, o fechamento do escritório do Funrural em Cantagalo foi mais um golpe contra a resistente agropecuária do noroeste do Estado do Rio e o iminente encerramento das atividades do IBGE na região, se concretizado, constitui mais um caso de desprezo àquela população. Apelamos para o tirocinio e a competência do Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, Renato Archer, para que seja imediatamente reaberta a Agência do Funrural em Cantagalo; ao Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a quem o IBGE está subordinado, também rogamos sensibilidade e compreensão para que o infiusto ato não se consuma, em prejuízo de toda uma região. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cumpre o dever de registrar nos concisos limites deste pronunciamento, o centenário do nascimento do inesquecível médico obstetra Doutor Carlos Moraes de Menezes, nascido a 11 de maio de 1888.

Ontem, em Sergipe, a data foi relembrada com justificada emoção e imensa saudade, não apenas o seu prematuro falecimento a 11 de agosto de 1944, mas, sobretudo, a luminosa trajetória de um médico profundamente humano e excepcionalmente contente, que dedicou toda a sua modesta existência ao exercício da medicina como um admirável apóstolo a serviço de todos quantos o procuravam, notadamente os segmentos mais pobres, carentes e vulneráveis da população.

Foram programadas entre outras os seguintes eventos: aposição do seu retrato na Secretaria de Segurança Pública, da qual além de médico

foi um dos Diretores; sessão solene na Assembléia Legislativa do Estado; missa comemorativa na Catedral Metropolitana e sessão especial, na Sociedade Médica de Sergipe.

Os atributos de uma bondade incomparável, acoplados ao reconhecido talento profissional, transformaram, por assim dizer, desde o início de sua carreira, o Doutor Carlos Menezes, em uma autêntica legenda viva, o perfeito "médico de família" — figura que a medicina moderna tanto deseja reviver —, através de um desempenho quotidiano como amigo, conselheiro e educador.

Bastaria assinalar que o Doutor Carlos Menezes não costumava cobrar de ninguém mais pobre do que ele, porque conhecedor dos seus clientes, sabia que não podiam pagar, como também da maioria dos ricos que o consultavam, também não cobrava, porque eram seus amigos.

Este é, apenas, um dos motivos pelos quais, tendo uma imensa clientela, morreu pobre, apesar de todas as circunstâncias adversas, os seus filhos foram excepcionalmente bem educados e conquistaram posteriormente posições de relevo.

O povo se reuniu, e Sergipe assistiu, então, a um comovedor movimento de solidariedade humana, quando a casa em que residia o querido médico desaparecido, foi adquirida e entregue à família, livre de qualquer ônus.

Conheci o Doutor Carlos Menezes em São Cristóvão, onde trabalhou, até o seu falecimento, como médico da Empresa Industrial São Cristóvão, pertencente à firma Pedro Amado, Fábrica Têxtil, da qual também fui médico, tornando-se tão querido a toda a população da cidade, principalmente dos operários, que tive a satisfação, na qualidade de Prefeito eleito do Município, de construir uma praça com o seu nome, a fim de evidenciar, através dessa homenagem, a gratidão e o reconhecimento do povo de São Cristóvão.

Não me seria lícito, portanto, como um dos amigos e admiradores desse insigne médico que soube dignificar a profissão e honrar a sua terra e sua gente, deixar de inserir nos Anais do Senado Federal o registro do centenário do seu nascimento.

Ao mesmo tempo associo-me à saudade e às recordações de S. Exª viúva, Dona Guiomar Souza de Menezes, dos seus filhos Sylvia, Sebastião, Luciano, Antônio, José e Maria Augusta de Menezes, bem como dos 15 netos e 10 bisnetos que constituem essa admirável e ilustre família sergipana.

Encerrando estas breves considerações, requeiro a incorporação do sucinto discurso pronunciado por João de Aquino, um dos seus amigos, por ocasião do sepultamento do saudoso Doutor Carlos Menezes, como documento que condensa os sentimentos de respeito, estima e admiração de todos os sergipanos pelo notável homem de bem e exemplar médico desaparecido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

ORADOR EM SEU DISCURSO:

Brasileiros descobri-vos!

Não é, senhores, que eu vos peça para descobrires as cabeças. Isto já o fez o vosso dever cívico. Não, senhores! O que vos peço, é descobrir o coração para comigo sentir e com Sergipe e o Brasil, a morte do grande amigo que ante vós

está inanimado: o Dr. Carlos Menezes. Com o passamento para o além desse valioso médico, do amigo da classe pobre, do cidadão de raros dotes morais que foi Carlos, não só perde a sua família, mas a coletividade sergipana, a classe médica, um dos seus maiores valores, perde Sergipe, perde o Brasil.

CARLOS MENEZES, meus senhores, não fez da medicina o veículo de sua fortuna. Não a comprehendeu como sendo um meio de enriquecer, porque dela fez um sacerdócio a bem do povo a quem amava com carinho paternal.

Viveu para ela e não viveu dela. Viveu pobre toda sua vida e bem pobre nos acaba de ser roubado pela parca que, como o destino da humanidade, a todos nivela. Que o digam os médicos, seus colegas, dos seus prediletos, das suas virtudes, do seu valor, da sua bondade. E, notai bem, senhores, eu não falo aqui em nome da classe médica de Sergipe, mas em nome do povo pobre deste Estado, que comigo chora lamentando amargamente a perda do seu grande e devotado amigo. Diante do túmulo aberto para receber o corpo do salvador das mulheres pobres, do amigo dos lares menos favorecidos da fortuna, deste que não media sacrifícios físicos ou financeiros, para atender a um chamado a qualquer hora do dia ou da noite, fosse para o palacete do rico ou para o choupanha do pobre, eu finalizo com as palavras do grande apóstolo São Paulo, que vem a propósito para CARLOS MENEZES: "Acabei a carreira, guardei a fé e agora entrei no reino".

(Discurso feito por João de Aquino, por ocasião do sepultamento do Dr. Carlos Menezes.)

Aracaju, 11 de agosto de 1944.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolemberg)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia 27 de abril, o Plenário do Senado aprovou, por unanimidade, brilhante parecer oral, da lavra do ilustre Senador Iram Saraiva, favorável ao Projeto de Lei que declarou feriado nacional, destinado às comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, o dia 13 de maio de 1988. Depois de historiar a trágica saga dos negros em nosso País, a sua doação "num holocausto de suor, sangue e lágrimas", através de sua força de trabalho e da inestimável contribuição de suas culturas à construção de outras tantas, de uma civilização brasileira, o Senador narrou a trajetória abolicionista, seus principais passos e personagens, que culminou na assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, extinguindo a escravidão no Brasil.

O parecerista, ao concordar com a comemoração do Centenário da Lei Áurea, afirmou, porém: "A Abolição não está consumada", e, surpreendentemente, propôs uma retomada da ideologia abolicionista, uma atualização de suas teses e lutas, numa contemporaneidade que apenas alterou formas de escravidão, mas não libertou ou integrou efetivamente o negro na sociedade brasileira.

Sr. Presidente, atendo ao chamamento do nobre Senador, respondo afirmativamente à sua manifestação e à sua denúncia, com uma oração

em homenagem aos negros de todo o mundo, especialmente aos negros brasileiros, quando se registra o Centenário da Abolição da Escravatura. E venho fazê-lo inspirando-me em um dos documentos, mais verdadeiros, corajosos, sérios e realistas que a Nação conheceu nos últimos tempos. Trata-se do documento "Ouví o clamor deste povo", texto-base da Campanha da Fraternidade de 1988, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB. O grande e inesquecível Papa João XXIII, em sua Carta Encíclica *Pacem in Terris*, ensinou:

"Em uma convivência humana bem constituida e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livres. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis". Entre esses direitos está a liberdade e todos aqueles próprios da dignidade humana. Milênios antes da Assembléia das Nações Unidas proclamar a "Declaração Universal dos Direitos Humanos" como sendo "o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações", a Bíblia — "livro da revelação de Deus e da história de sua aliança com os homens", livro da história do povo de Israel, livro normativo e profético, "Livro da utopia do Reino de Deus, do novo céu e da nova terra" — a Bíblia já ensinava causas da razão e da fé, do Reino de Deus e deste mundo que vivemos. Quando, por exemplo, aquela Declaração dispunha que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade, o Senhor já dizia pela boca do profeta: "Proclamareis liberdade na terra a todos os seus moradores"; "Homens, vós sois irmãos: por que vos ofendes uns aos outros?". Quando o 4º artigo da Declaração proíbe toda escravidão ou servidão, o Livro da Profecia de Isaías assinalava: "O Senhor enviou-me a proclamar libertação aos cativos e a pôr em liberdade os algemados".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando se comemora a abolição legal do trabalho escravo no Brasil, a Igreja Católica no Brasil, esta Igreja divina e humana, apostólica, participativa, plena e assiduidamente cristã, no seu mais profundo sentido, quis que o tema da presença do negro na sociedade brasileira fosse objeto de reflexão e análise, por parte não apenas dos católicos mas também de todos os homens e mulheres de boa vontade, na direção de uma sociedade mais justa e fraterna. E não só os negros foram apanhados pela oração e a ação, pelo estudo, o diálogo e a busca da verdade, elementos indispensáveis à conversão, à reconciliação e à fraternidade", segundo a Igreja. Os demais marginalizados e oprimidos de nossa sociedade, os índios, os trabalhadores rurais e urbanos, as mulheres empobrecidas, os menores carentes, os discriminados, todos os empobrecidos e injustiçados também mereceram "a devida atenção evangelizadora e libertadora" em todos os pontos do País.

Exilados, pela violência, da sua terra — África, cálido útero onde viviam; amordaçados, atrelados

aos navios de miséria e dor que realizavam um vergonhoso tráfico e comércio de seres humanos, submetidos pela tortura e o castigo — os negros vieram povoar esta terra, construíram-na num martírio de quatro séculos de escravidão, doando e violentando suas milenares culturas cósmicas, místicas e mágicas, colocando no cadinho da nacionalidade, o seu sangue, os seus valores, todos os seus saberes, fazeres e sonhos. A empresa colonial, sua riqueza e seus crimes, foram construídos à custa do trabalho escravo. Toda a produção econômica, toda a sociedade, em seus múltiplos espaços, se assentavam sobre o sistema injurídico, desumano, anticristão e torpe da escravidão. De todos os africanos aprisionados e trazidos para o Novo Mundo, 40% (quarenta por cento) estavam no Brasil. Somente no século passado, um milhão e meio de negros chegaram da África acorrentados.

A Abolição da Escravatura não foi um ato de generosidade do Império do Brasil, dos proprietários de terra ou da burguesia nacional. A nova fase do capitalismo, transformado pela Revolução Industrial, dava seus primeiros passos no Brasil. Depois que o tráfico negreiro transformou-se em "contrabando", e a lavoura de café teve notável crescimento em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, ocupando grandes contingentes imigratórios europeus, decorrentes de uma política da monarquia, a mão-de-obra escrava tornou-se muito cara, dispendiosa e antieconômica, frente às novas exigências produtivas. Por outro lado, a Abolição foi uma conquista, o resultado de uma longa e penosa luta civilista, jurídica, legislativa, política, humanística e cristã de muitos intelectuais, homens públicos, advogados e jornalistas. Nas Câmaras, nas tribunas, na imprensa, nas letras, nos tribunais, nas catedrais, nas ruas, pontificaram brasileiros notáveis, como José Bonifácio e seu pensamento político progressista e equilibrado, e a pena vibrante de Evaristo da Veiga, ambos condenando a escravidão que garantia a grande propriedade e concentrava negócios e riquezas; Tavares Bastos e seus projetos de lei que previam a substituição progressiva da mão-de-obra escrava e a ocupação dos libertos; o Visconde de Jequitinhonha e a defesa intransigente, no Instituto dos Advogados, das teses jurídicas que provavam a ilegitimidade da escravatura (no que o acompanhou, mais tarde, Rui Barbosa) e a sua pregação por uma reforma agrária nacional; Perdigão Malheiro e o seu ensaio histórico-jurídico-social sobre a escravidão, fundamental para a compreensão científica do sistema; Pimenta Bueno e sua insistente ação legislativa pela Abolição; Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, arautos brilhantíssimos das lutas de liberdade; Joaquim Nabuco, genial, insuperável, criador do clássico "O Abolicionismo"; Almino Afonso, deputado e senador, o vibrante advogado, tribuno, escritor, professor, político potiguar, "o bugre" para alguns, "o erudito latínista", temido pelos monarquistas, considerado por José do Patrocínio, "o orador fecundíssimo" e sua campanha abolicionista e republicana, itinerante, missionária, pelo Norte e Nordeste do País, que antecipou a liberação no Rio Grande do Norte, Ceará e Amazonas; Castro Alves, o poeta condoreiro e libertário, contemporâneo e eterno, e sua literatura épica, humanista, universal; o Senador Silveira da Mota, um incansável trabalhador da Abolição, que já em

1857, apresentava proposições de libertação, colocando o Senado na vanguarda emancipacionista.

Mas, Sr. Presidente, a Campanha Abolicionista não teve somente estrelas nas suas elites intelectuais e políticas. Quantos heróis anônimos, quanto negros, com a sua força e o seu sangue entregaram suas vidas à causa da libertação? A História oficial, a história do branco, não registrou, nem registra, essa realidade. Joaquim Nabuco escreveu que, antes, já na Independência, os negros foram os grandes artífices, os parceiros ocultos, fizeram uma conspiração silenciosa e generalizada em favor da soberania da pátria, pois acreditavam que, logo após o grito do Ipiranga, inevitavelmente viria o fim da Escravatura. Porém, o País teve de esperar mais de sessenta anos, para abolir o imoral sistema, que foi seguido três anos após, pela Proclamação da República. Assim, os Quilombos, verdadeiras repúblicas étnico-culturais, belo e heróico episódio da luta de resistência e libertação do negro, não é contado pela História oficial. Os Quilombos eram aldeias livres e protegidas, tentativas de sobrevivência, onde o negro realizava-se como pessoa, como família, como comunidade. Era uma alternativa de organização social e política, onde exercia-se plenamente a cultura negra e acontecia tudo que era negado àquelas populações no regime da escravidão, a começar pelo respeito à sua dignidade como pessoa humana, seguido pela justiça do trabalho, disponibilidade de terra para cultivar, habitação, enfim e sobretudo, a liberdade. Eram "projetos de liberdade e espaços de libertação". Sabe-se que existiram Quilombos no Guaporé, no alto Rio Branco, em Roraima, no Maranhão, no Nordeste, em Minas, em São Paulo e no Sul. Em Santos, no litoral paulista, o Quilombo do Morro da Jabaquara reuniu dez mil negros, fugidos das fazendas de café da região. Houve Quilombos de duração efêmera, destruídos por incursões sangrentas e vingativas, e outros que resistiram bravamente aos exércitos dos brancos. O mais importante e famoso deles foi o Quilombo na Serra da Barriga, em Alagoas, que sediou a heróica República dos Palmares, estabelecida pelo líder Zumbi dos Palmares, considerada "a mais bem sucedida aventura libertária do povo negro em nosso País". Palmares chegou a abrigar cerca de 20 mil escravos fugidos do chicote e dos grilhões, resistiu a quase setenta anos às operações militares do Governo. Em 1693, o Quilombo foi destruído, milhares de negros chacinados por um exército de mais de 6 mil soldados mercenários, após um mês de cerco, quando a população não tinha mais munição nem alimentos para suporar. O massacre constituiu um dos maiores genocídios já consumados nesta Terra de Santa cruz, crime sem dimensões perpetrado pelo Estado, episódio ora ausente, ora dissimulado pela Historiografia oficial. Dois anos após a destruição de Palmares, Zumbi, que conseguiu escapar, foi capturado e morto. Pedaços do seu corpo, tal qual o de Tiradentes, foram expostos num poste, em praça pública, no Recife, como exemplo intimidatório a quem tentasse escapar ou resistir à escravidão.

Sr. Presidente, Zumbi está vivo e assim deve permanecer na alma de todos os negros, de todos os brasileiros, como líder e mártir da liberdade e da integridade de um povo. De Zumbi, de Palmares, de todos os Quilombos, constituídos nesta

"África brasileira", recebemos não apenas a herança material de tudo que os negros construíram neste País. E não há nada, Sr. Presidente, nesta terra, que não tenha o seu traço, a marca do negro. Em cada pedra, cada edifício, cada caminho, rio ou mar, campo ou serra; em cada história, saber ou arte estão fincados uma lágrima e um gesto do negro, uma idéia ou uma gota do sangue de um irmão d'Africa. E eu dizia que os Quilombos constituem também um legado espiritual, cultural e político, um patrimônio de valores morais e religiosos de um povo que se autopreservou e resistiu, que continua vivo, apesar de violentamente torturado, que não pode se afastar do "projeto de libertação que nasce dos próprios oprimidos e, por isso, tem sentido para todos os pobres de ontem e de hoje".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o processo de coisificação do homem negro através de quatro séculos de escravidão deixou não apenas cicatrizes visíveis, mas produziu chagas que ainda estão abertas. Eis alguns exemplos dessas cruéis marcas que ainda gravam a vida dos negros na sociedade atual. A desvalorização pelo sistema vigente de qualquer tipo de trabalho manual, remunerado com salários miseráveis, decorrente da mentalidade escravista que ainda permanece nas relações de produção, que também dificulta o acesso do trabalhador à terra, aos instrumentos de trabalho e aos bens sociais, concretizada na grande distância entre as rendas dos pobres e da elite. Na sociedade de classes, no sistema capitalista, o negro carrega uma dupla herança da escravidão: como pobre sofre a marginalização como a maioria da população, e, como o negro, é vítima do racismo, que no Brasil, quase sempre não é assumido, porém dissimulado, velado, mascarado, até mesmo inconscientemente manifestado. O preconceito racial, moléstia de difícil extirpação, dificulta o pleno exercício dos direitos dos negros na vida nacional. O inconsciente coletivo dissemina a mentira cultural da inferioridade do negro, por ele mesmo, às vezes, intrometida, não assumindo a sua negritude, e comportando-se conforme os padrões do branco. A teoria do branqueamento, que prega a superioridade da raça branca, que tem suas origens na Europa no século passado, e entre nós foi divulgada por Oliveira Viana, propõe o branco como ideal estético e sócio-cultural, prega o desaparecimento de outras etnias e quer negar a realidade da nossa sociedade multi-étnica e pluricultural. Essa ideologia do branqueamento está flagrante na política de imigração adotada pelo País, a partir da Abolição, prevalecendo até mesmo após o final da Segunda Grande Guerra. Como resultado de todas essas manifestações de hipocrisia e dissimulação, temos a "democracia racial", controvérida evidência alardeada por alguns cientistas como Gilberto Freire, cuja mais eficaz consequência é esconder as enormes diferenças entre brancos e negros em nosso País. A "democracia racial" é bem exemplificada nas célebres frases "negro de alma branca", ou "nesta terra não há racismo porque aqui o negro sabe qual é o seu lugar", e outras hipocrisias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quarenta e três por cento da população brasileira é constituída de negros ou têm negros em sua ascendência. São mais de sessenta milhões de brasileiros. O Brasil, Sr. Presidente, é o segundo país do mundo

em população de origem negra. Somente a Nigéria está à nossa frente. Mas, impressionantemente, os negros não habitam todos os segmentos sócio-econômicos, as várias profissões, nem está presente em todos os níveis educacionais. Eis algumas informações básicas sobre a extrema situação de desigualdade e injustiça na qual vive o negro no Brasil, seqüela de escravidão e consequência das práticas racistas e discriminatórias que persistem em nosso meio. O dado mais eloquente e perverso de todos: os brancos representam cinqüenta e sete por cento da força de trabalho e ficam com setenta e dois por cento do rendimento, os negros e pardos representam quarenta por cento da força do trabalho e ficam com apenas vinte e cinco por cento da renda nacional. Os negros preenchem a quase totalidade das ocupações "manuais", mal-remuneradas, nas funções subalternas, nos setores profissionais mais desqualificados, onde predominam a desorganização e o subemprego. A exigência de "boa aparência" é, na verdade, um cruel eufemismo para excluir candidatos negros a um posto de trabalho", denuncia, com realismo, o documento da CNBB. No Brasil o chefe de família branco recebe, em média, 4,8 salários mínimos, enquanto um chefe de família negro recebe, em média, apenas 1,7 salário mínimo, e o pardo 2,5 s. A situação da mulher negra chefe de família ainda é pior: enquanto que a branca recebe, em média, 2 salários mínimos, a negra fica, em média, com apenas 0,7 salário mínimo, e a parda com 0,8 salário mínimo. A maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada é formada por negros, que não têm acesso às já escassas garantias da nossa cinqüentária legislação trabalhista. Em síntese, podemos afirmar que os negros em nosso País ocupam quase toda a base da pirâmide social e, praticamente, desaparecem em seu vértice. São os personagens da miséria, da fome, das doenças, da marginalização; permanentemente segregados, são os exemplos da baixa qualidade de vida do nosso povo, dos maiores atentados à dignidade da pessoa humana.

Na educação e no acesso e usufruto dos bens da cultura, a situação é vergonhosa: o índice da analfabetismo da população negra economicamente ativa é duas vezes superior ao índice referente à população branca. O brasileiro branco estuda em média 4,8 anos, enquanto o negro apenas 2,1 anos e o pardo 2,8 anos. Enquanto 9,1 por cento da população branca tem 10 ou mais anos de escolarização, apenas 1,1 por cento dos negros e 2,7 por cento dos pardos alcançam o mesmo tempo de escolaridade. Menos de 1 por cento dos negros no Brasil chega à universidade. Nos currículos escolares, a cultura do negro e sua presença na formação sócio-cultural e econômica do País é diminuída, deturpada ou eliminada dos livros, escritos com a ótica preconceituosa do branco colonizador e seus referenciais europeus. Também são vistos como periféricos, irrelevantes ou "folclóricos" (no pior sentido elitista) os aspectos de raiz africana nos múltiplos universos culturais brasileiros, já que os padrões de beleza, cultura e civilidade são brancos, descartando-se os elementos do índio e do negro. Igualmente nos veículos de comunicação social, os negros, geralmente, aparecem, como personagens acessórios, secundários ou ligados a atos

anti-sociais. Convém, ainda, assinalar, o drama da mulher negra explorada e violentada, da senzala até à favela, discriminada enquanto mulher, enquanto pobre e enquanto negra. Em toda a História do Brasil ninguém sofreu, com a escravidão e suas seqüelas, tanta desestruturação psicológica e social como o grupo feminino negro. Da mesma forma, discriminado e injustiçado, no caminho do abandono, da criminalidade, está o menor negro, menino e menina. Não é à-toa, Sr. Presidente, que o negro é o maior contingente da população carcerária do País. A escravatura desintegrou a família negra, que até hoje não conseguiu se reestruturar, devido à forma insensata e perversa como foi decretada, lançando os ex-cativeiros, sem terra, sem trabalho, sem meios, sem direitos, na selva pré-capitalista no final do século passado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o negro sobreviveu, o negro resiste, luta, cria, constrói e sonha. Na verdade, um povo forte e bom. Mesmo ferido, disperso e massacrado, as suas culturas, riquíssimas e sustentadas por valores religiosos, preservaram a identidade das pessoas e dos grupos. O conceito amplo de "família", seivado pela religiosidade, que abrange toda a etnia, cuja mãe é a África, simultaneamente "terra prometida" e "paraiso perdido", distante e perdida, ajudou a sobrevivência do povo negro, porque para ele, "a vida é sagrada e supera a força da morte". O confronto e o sincretismo com a religião cristã favoreceu a recomposição do mundo divino e espiritual do negro. As devações do povo negro e a presença do sagrado nas suas expressões caldearam todos os universos da civilização brasileira, bem como as celebrações da fé católica sob símbolos e ritos da cultura africana, cristalizaram valores, fortificaram laços de fé, esperança e solidariedade.

Sr. Presidente, a escravidão do negro teve muitos senhores e outros tantos cúmplices. A Igreja Católica, Apostólica, Romana, foi uma das parceiras, ora por ação, ora por omissão ou covardia, de muitos crimes praticados, em nome de Deus, contra o povo negro. A própria Igreja Católica, através da CNBB, num humilde exercício de autocrítica, se autoproclama "Igreja santa e pecadora" e afirma:

"A escravidão, o racismo e a discriminação, presentes na história da sociedade, estão, também, na história da Igreja". A Igreja dos séculos XV e XVI legitimou a escravidão, com a divulgação de diversos escritos papais.

Houve, é certo, vozes que se levantaram contra a escravidão dos índios, tanto na América espanhola como na portuguesa. No Brasil, Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira. Mas em relação à escravidão dos negros, quando não foi indiferente, a Igreja procurou até justificativas bíblicas ou históricas para mantê-la. No período colonial, de escravidão dos negros nas Américas, poucos se insurgiram contra a prática absurda e desumana, clamando apenas por um tratamento mais humanitário para os cativeiros e não, efetivamente, pela abolição do regime. As exceções foram o Frei Francisco José de Jaca e Aragão, na América espanhola, e, no Brasil, dois jesuítas que, corajosamente, na Bahia, condenaram publicamente a escravidão: os Padres Gonçalo Leite e Miguel Garcia, ambos perseguidos e des-

terrados. A oposição explícita, oficial da Igreja à escravidão dos negros só viria em 1839, com a publicação da bula *In Supremis*, do Papa Gregório XVI. No Brasil, atenderam à ordem papal, escrevendo Cartas Pastorais pleiteando o fim da escravidão: em 1840, D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Minas Gerais; em 1846, seguindo por outros, alguns, inclusive parlamentares, que participaram da Campanha da Abolição. Porem, o grande destaque da Igreja na luta contra a escravidão foi D. Joaquim José Vieira, Bispo de Fortaleza, Ceará, que, cinqüenta anos antes da Lei Áurea, já condenava oficialmente o sistema e, depois, conclamou os fiéis a "providenciarem educação e trabalho para os ex-escravos". Não obstante as manifestações papais, o Vaticano admitia a liceidade da escravidão em muitos países. Somente a partir do pontificado de Leão XIII, a condenação da Igreja passa a ser clara e inequívoca. Mesmo assim, em diversos países, a escravidão persistiu.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o texto-base da Campanha da Fraternidade deste ano, produzido pela CNBB, merece a leitura de todos os brasileiros, independentemente da sua fé, também dos agnósticos. Além de verdadeiro, e muito bem elaborado, ele é sobretudo realista, corajoso. Ao descrever a situação dos negros em nosso País, o documento admite que ela "produz uma comoção profunda na pessoa de fé. Ela suscita uma indignação ética e uma mobilização da caridade, na esperança de conseguir a mudança dessa situação". Na segunda parte do documento, a Igreja Católica traz "a Palavra de Deus, em Jesus Cristo, no Magistério da Igreja e no testemunho dos cristãos, orientações teológicas iluminadoras de um processo de conversão e de transformação social". Assim, nos é dada a fundamentação bíblica, através da reprodução de trechos e interpretações e se discorre sobre as vítimas da escravidão, da pobreza e da discriminação. A Igreja expõe a realidade do povo negro à luz dos Antigo e Novo Testamentos e, ao final, proclama:

"A leitura da história revela uma série de inseguranças e vacilações da Igreja em relação à escravidão, particularmente dos negros. Houve vozes proféticas que denunciaram esses erros, exigiram reparação e apontavam para a fidelidade à mensagem cristã de purificação de condicionamentos econômicos, ideológicos e de interesses escusos. Apesar de sua fragilidade humana, essa Igreja pecadora, que reconhece e pede perdão por suas falhas, é portadora da mensagem divina. Ela tem importantes ensinamentos e testemunhos que iluminam a caminhada da história e reforçam a luta por uma sociedade justa e solidária."

Em seguida, Sr. Presidente, o documento da CNBB trata da Igreja e das vítimas da escravidão, da pobreza e da discriminação. Fala da Igreja e da sua consciência em todo o mundo, especialmente na América Latina e no Brasil, das questões sociais, a partir do Pontificado de Leão XIII, passando pelo Concílio Vaticano II, até os encontros de Medelin e Puebla, revela sua obstinada opção preferencial pelos pobres, para, finalmente, concluir:

"Toda essa orientação oficial da Igreja contempla indiretamente, no caso do Brasil, a

população negra, enquanto ela faz parte da imensa maioria dos empobrecidos que são marginalizados e explorados pelo sistema de acumulação capitalista. Como vimos, após a Lei Áurea, a população negra não só foi abandonada à sua própria sorte, portanto, sem nenhum amparo social, como ainda passou a carregar consigo o estigma da rejeição na sociedade brasileira, por força da discriminação racial."

E, ao se referir à causa dos negros, convoca:

"Seja qual for nossa origem étnica, somos chamados a ouvir, no clamor do negro por Justiça, igualdade de direitos e fraternidade, os apelos do Espírito, os sinais dos tempos, o chamado a uma profunda conversão ao Pai de todos os homens."

O documento da CNBB é encerrado com as "perspectivas pastorais", isto é, o agir dos católicos durante a Campanha da Fraternidade e durante todo o ano de 1988: os critérios evangélicos para uma ação libertadora, sugestões de ação concreta; e algumas conclusões sobre o tema "A Fraternidade e o Negro" e sobre o texto-base "Ouvir o clamor deste povo".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, escolhi este documento da Igreja Católica como roteiro básico para falar do Centenário da Abolição Legal da Escravatura em nosso País, porque julgo-o filosoficamente correto, porque é especialmente um documento político no seu sentido ético mais perfeito, completo e admirável: histórico, real, verdadeiro, corajoso, profético. Possui todas essas qualidades, sem deixar de ser, num só momento, um documento cristão, pastoral, de fé e esperança, evangelizador. Retomo, aqui, as denúncias e a convocação do ilustre Senador Iram Saraiva, ratificando: "A Abolição não está consumada". Vamos atualizar a ideologia abolicionista, suas teses, fatos, heróis e mártires, sintetizados na figura ímpar de Zumbi dos Palmares, o Libertador, o grande abolicionista, e varrer deste País todo e qualquer tipo de discriminação e preconceito, eliminar o câncer muitas vezes hereditário, do racismo, da mentira, da hipocrisia, do ódio, da violência e da injustiça. Meditemos, todos os brasileiros, sobre a saga e a obra dos negros neste País, sua participação fundamental na construção desta civilização brasileira, de tantas culturas e de tantas origens. Eu convido esta Casa para refletir e discutir,ativa e desarmada, cívica e brasilicamente, sobre a situação dos negros em nosso País, dessa maioria que alguns chamam de minoria, porque têm menos direitos e são menos felizes que os outros brasileiros.

Termino esta oração, com os belos versos de poetas negros reunidos numa antologia por esse outro genial poeta negro, Léopold Séder Senghor:

"Negro mascate de revolta
tu conheces os caminhos do mundo
desde que foste vendido na Guiné...
Cinco séculos vos contemplaram com as
armas na mão
e haveis ensinado às raças exploradoras
a paixão de liberdade".

.....
"Aguardas o próximo chamado
a inevitável mobilização
porque tua guerra só conheceu tréguas

porque não existe terra onde não tenha corrido teu sangue
língua em que tua cor não tenha sido insultada
Sorris, menino negro
cantas,
danças,
embalas as gerações
que em todas as horas partem
para as frentes do trabalho e do tormento
que vão lançar-se amanhã ao assalto das
bastilhas
rumo aos bastiões do futuro
para escrever em todas as línguas
nas claras páginas de todos os céus
a declaração de teus direitos menosprezados
há mais de cinco séculos..."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 16 de março de 1987, na forma do disposto no art. 239, inciso I, letra b, do Regimento Interno combinado com o preceito contido no art. 30, parágrafo único, letra c, da Constituição, foi solicitado ao Poder Executivo que enviasse a esta Casa do Congresso Nacional cópia de inteiro teor do inquérito policial mandado instaurado pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro para o fim de apurar responsabilidade criminal vinculada ao emprego irregular de verbas públicas alocadas à execução do "Programa Nuclear Paralelo".

Decorrido mais de um ano, informa o Sr. Ministro da Justiça estar o inquérito em questão sendo "processado junto ao Egrégio Supremo Tribunal (Inquérito nº 305-1-RJ), em sigilo, na forma do art. 20 de Código de Processo Penal, por determinação do Excelentíssimo Sr. Ministro Oscar Corrêa, Relator do feito".

A simples leitura do ofício revela que o suposto óbice, ora suscitado para o atendimento do pedido de informação, não existia à época da respectiva formulação. Tardou-se tanto no atendimento da diligência que as peças solicitadas já se encontram na esfera do Poder Judiciário, ignorando-se o atual estágio processual do feito.

Cumpre registrar estranheza quanto à fixação da competência da Alta Corte para a ação penal. Considerando que os indicados não fazem jus a foro especial, só pode ter o procedimento policial chegado ao Supremo Tribunal Federal por provocação do Procurador-Geral da República, na forma do previsto no art. 119, item I, alínea o, da Constituição:

"Art. 119. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I — processar e julgar originariamente:

.....
o) as causas processadas perante quaisquer Juízos ou Tribunais, cuja avocação deferir, a pedido do Procurador-Geral da República, quando decorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança

ou às finanças públicas, para que se suspendam os efeitos da decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja devolvido."

Causa espécie que um singelo caso policial, envolvendo o emprego irregular de verbas públicas, mereça tamanho cuidado e atenção por parte das mais altas autoridades executivas. De qualquer sorte, tudo está a revelar disporem estas dos elementos solicitados, nada impedindo o atendimento do pedido de informação.

Considerando que o eventual sigilo imposto ao inquérito pelo Sr. Ministro Oscar Corrêa não pode constitucionalmente ser invocado em relação ao Poder Legislativo e, ainda, que, necessariamente, a autoridade a quem incumbe oferecer a denúncia tem amplo acesso aos autos, requeiro seja reiterado o pedido de informação, esclarecendo-se à autoridade destinatária que, nos termos do art. 168 do Regimento Interno, obriga-se o Senado Federal a manter a natureza sigilosa dos documentos enviados com tal qualificação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em pleito dos mais concorridos, foi reeleito, ontem, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Fortaleza, o Dr. Jeovah Alves Damasceno, figura exponencial dos nossos círculos empresariais, líder que é de sua categoria econômica, graças à clarividência, dinamismo e devotamento com que se entrega às causas ligadas ao desenvolvimento regional.

Depois de cumprir gestão das mais produtivas, assinalada por expressivas realizações, o Dr. Jeovah Damasceno foi instado a concorrer, novamente, ao elevado posto para dar seqüência do trabalho que vinha empreendendo de forma almejada e eficiente.

Antes de comandar o CDL de Fortaleza, aquele eminentíssimo empresário dirigiu a Federação dos Diretores Lojistas, levando a efeito tarefa das mais elogiáveis, qual a de difundir, em outras cidades do interior cearense, núcleos de sua entidade, que passaram a atuar de forma coordenada e fecunda.

Em cerca de 20 municípios, os CDL foram estruturados formalmente, promovendo cursos de aprimoramento profissional para comerciários, a fim de que os mesmos melhor pudesse servir à respectiva clientela.

Devendo reempossar-se, para o seu segundo mandato, no dia 16 de julho, num tradicional jantar de confraternização, o Dr. Damasceno anunciará as novas metas de sua administração — todas elas vinculadas ao comércio nordestino e ao interesse público.

Prestigiado pelos seus colegas de profissão e por todos os segmentos de nossa sociedade civil, terá ele, certamente, condições de levar a cabo um programa de realizações dos mais amplos, capaz de projetá-lo numa preeminência e destaque merecidos.

Saudo, assim, a reeleição de Jeovah Damasceno, registrando-a da tribuna desta Casa, ao mesmo tempo em que formulou votos no sentido

de o seu novo período gestivo seja marcado por iniciativas de largo alcance, que favoreçam o Ceará e o Nordeste brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao se aproximar a definição da Assembléia Nacional Constituinte quanto ao mandato do atual Presidente, o noticiário dos jornais abre grande espaço às seguidas declarações dos Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que a uma só voz defendem, para aquele que seria o governante dos 4 (quatro) anos de transição prometidos, o mesmo tempo de exercício concedido para os futuros chefes de governo, como se discriminação fosse fixar em 4 (quatro) anos o mandato do Senhor José Sarney.

O **Correio Braziliense** de ontem noticia reunião dos ministros militares, em Brasília, com a finalidade de analisar "temas políticos", entre os quais se inseria, como prioritário, "o mandato do Presidente José Sarney, que desejam no mínimo de 5 (cinco) anos."

No jornal **O Globo**, de 7-5-88, divulgando entrevista do último dia sete, se lê que "o Ministro do Exército defendeu os 5 (cinco) anos de mandato para Sarney, mas negou que os militares estejam fazendo pressão nesse sentido.

Nós apenas apresentamos os argumentos, porque julgamos que o mandato de cinco anos é do maior interesse para o País, principalmente por evitar eleições em 1988, que julgamos inapropriadas. Não usamos o argumento da força, mas a força do argumento."

Uma terceira notícia, publicada no **Correio Braziliense** (11-5-88), destaca que "os ministros militares acham temerária a realização de eleições em 1988, principalmente para a segurança interna do País, em face dos problemas de ordem econômica e os rumos que toma a nova Carta Magna, considerados desnorteadores nos Capítulos da Ordem Econômica e Social.

Nos jornais de hoje, por fim, lê-se que o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, após a reunião realizada ontem no Ministério da Marinha, declarou: "reafirmamos a desaprovação pelas Forças Armadas, à realização de eleições presidenciais este ano".

Percebe-se nessas declarações um único aspecto coerente: o de que os ministros não expressam a opinião da classe militar e muito menos das instituições que comandam.

Então, trata-se de expressão de cidadania, constitucionalmente assegurada, não é igualmente proibido a qualquer um do povo discordar das opiniões divulgadas, momente quando refletem evidente discrepância com o que pensa e sente a maioria dos brasileiros.

Os ministros, que se definiram como cincocanistas e se atribuem a virtude de poder julgar o que é melhor para o País, emitem sentença frontalmente contrária à aspiração popular por eleições ainda deste ano. Julgando contra a claríssima vontade do povo, julgam pior. Afinal, é tanto apropriado e recomendável que os ministros de-

fendam o aprimoramento das instituições que chefiaram, quanto incabível e condenável advogar a própria permanência, em mais um ano, na equipe de Governo.

Essas mazelas, certamente, são consequentes à fragilidade de quem jamais assumiu, de forma concreta, a função de primeiro mandatário da Nação, que cede poder não a um, mas a vários triunviratos, e que, por isso mesmo, não conseguiu até hoje administrar o País em consonância com o que deseja a maioria do povo.

Ao se deixar envolver pela minoria continuista que lhe está próxima, quem diz chefiar o Governo afunda na impopularidade e não vê, numa perspectiva histórica, que melhor lhe ficaria o julgamento da posteridade, se saísse já, ou ontem, enaltecido como "o Presidente da Transição".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aluízio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As forças democráticas, progressistas e antiimperialista da América Latina recebem um novo impulso através da vitória do líder da esquerda democrática do Equador, Rodrigo Borja, vencedor das eleições presidenciais ali realizadas neste último domingo. Nesta vitória das forças progressistas equatorianas podemos extrair muitos ensinamentos para a luta pelo progresso de toda América Latina. Basta registrar as primeiras declarações de Borja, perante uma massa humana que comemorava mais esta vitória contra o conjunto dos interesses reactionários e desnacionalizantes que atuam no Equador. Borja afirmou que vai reatar relações com o governo de Nicarágua e que a dívida externa equatoriana, atualmente estimada em 9,3 bilhões de dólares é impagável e deverá ser negociada com concessões dos dois lados.

Estes fatos já nos dão elementos importantes para uma comparação com a situação de clara e negativa estagnação do processo democrático em que se encontra o Brasil. Borja foi eleito com uma plataforma de que prevê a combinação da intervenção estatal em setores chaves da economia, juntamente com a presença do capital privado, especialmente do empresariado nacional. Preve ainda, uma clara inclinação pelo investimento social. Mas, o mais importante da experiência democrática equatoriana é a prática da eleição direta para presidente. A burguesia brasileira que se gaba de desenvolvida, de audaciosa, de estar bem colocada no Ranking da economia mundial, não tem sequer o "costume" de praticar a eleição pelo voto direto, prática inaugurada pela Revolução Francesa, tão citada e tão esquecida quando convém.

Portanto, fazemos daqui uma saudação ao povo equatoriano e ao novo presidente eleito daquele País, desejando-lhe força e determinação suficientes para levar adiante sua plataforma nacionalista, democrática e de clara prioridade para as necessidades sociais. Além disso, queremos registrar a importância que tem, o fato de Rodrigo Borja encarar como um de suas prioridades a maior integração com os países da América Latí-

na. Nesse sentido, não temos dúvida em declarar que a luta pela unidade latino-americana, recebeu, através da sabedoria do povo equatoriano, um novo impulso dinamizador. São os ventos da transformação que percorrem todo o planeta, e haverão de bater também por terras brasileiras, oxigenando as forças que buscam uma democracia verdadeira para o Brasil, arrancando-o da miséria, da ignorância e do atraso!!!!

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Instituto Estadual de Florestas de Rondônia, sob a presidência do Sr. Haroldo Franklin Carvalho Augusto dos Santos, necessita urgentemente de fiscalização. As irregularidades que lá se cometem são as mais diversas. Dentre elas, podemos citar por termos documentos que as comprovam, dos quais anexamos cópias a este pronunciamento:

— prestações de contas de suprimentos de fundos, em nome de diretores, "fechadas" com alto grau de criatividade, de sorte que não faltasse nem sobre um centavo sequer a ser complementado pelo IEF—RO ou a ele restituído;

— serviços recebidos pelo IEF com descontos que chegavam a 1/3 do valor original;

— notas fiscais de serviços mecânicos executados em dois veículos diferentes, como se não houvesse (e não deve haver de fato) controle individual por veículo, no que tange à utilização e manutenção da frota do instituto;

— serviços de limpeza da sede do instituto executados por terceiros e pagos com verbas de suprimentos de fundos, sem qualquer obediência a procedimentos administrativos de praxe, seja para a contratação, seja para a liquidação (pagamentos) dos referidos serviços;

— viagens aéreas nos trechos Brasília/Porto Velho/Brasília, pagas pelo instituto, nas quais o bilhete é "extraviado" e substituído por simples declaração de agência turística local, sem que haja sequer a preocupação de fazer constar, na referida declaração, o número do bilhete emitido pela transportadora e "desaparecido" pelo usuário;

— diretores que "se encontram", no mesmo dia e hora, no interior do Estado de Rondônia, onde efetuam despesas e assinam notas das mesmas, e na Capital da República, recebendo diárias, passagens e outras mordomias;

— ordens administrativas as mais absurdas, como é o caso da determinação partida da presidência do instituto às diversas diretorias, determinando às mesmas a elaboração e apresentação, no prazo de 24 horas, de relatório individual por servidor, cobrindo o período de 8 meses de atividades;

— indisciplina e descumprimento de normas administrativas por parte de diretores, acompanhadas inclusive de desforço pessoal entre servidores graduados do Instituto;

— desafio público e escandaloso à autoridade do presidente, por parte de diretor do instituto, com alusão direta e infotismável à participação

do Governador do Estado na sua (dele, diretor) nomeação e manutenção no cargo.

Ocioso seria, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tecermos aqui consideração sobre o aspecto moral, sobre o lado ético daquele (mais um!) antro em que se tornou o Instituto Estadual de Florestas, sob a administração do famigerado Sr. Jerônimo Santana. É que, parafraseando Rui Barbosa, é tão vasta e tão generalizada a corrupção naquele governo, que chegamos a nos acostumar com ela, chegamos a estranhar quando encontramos (se encontra) algum canto, por mais remoto que seja, onde ela não esteja instalada e ditando normas a todos e sobre tudo. Há um outro nisso tudo, ainda mais grave, pelas funestas consequências que fatalmente trará a Rondônia, à Amazônia e ao Brasil, a menos que acordemos a tempo para o que lá se pratica.

Referimo-nos ao que a imprensa mundial vem há muito tempo divulgando; aludimos ao que a comunidade científica de todo o mundo vem denunciando há tempos, ou seja, à devastação sem qualquer freio que a floresta amazônica vem sofrendo. Todas as previsões de desmatamento, todas as projeções sobre quando ocorrerá a desertificação do que é hoje a Amazônia brasileira, têm-se frustrado, têm sido superadas pela realidade, pela capacidade cada vez maior de destruição, ostentada por homens e máquinas colocados na Amazônia a serviço do lucro imediato e de interesses externos os mais diversos. O Estado de Rondônia, infelizmente, não constitui exceção a essa calamidade.

Nossa selva, nossa maior riqueza, está morrendo. Só a ação consciente de todo o povo, apoiada em instituições específicas de preservação que sejam eficientes, poderá alimentar ainda alguma esperança de salvarmos um patrimônio cujo valor transcende ao de qualquer moeda. Falar de selva amazônica é falar de vida, em seus múltiplos aspectos, e não apenas, como se tem pensado, e infelizmente praticado, de algo conversível em dinheiro.

Com que instituição, em âmbito estadual, podemos contar em Rondônia para a preservação desse bem inestimável? O Instituto Estadual de Florestas? Que capacidade de preservação poderá ter um órgão incapaz até de se administrar, um órgão em que a direção superior não é capaz sequer de agir com lisura, de trabalhar com honestidade e brio profissional, de dar exemplo digno de vida e trabalho a seus subalternos?

Por cobro às irregularidades, sanear o Instituto Estadual de Florestas significa muito mais que punir culpados, remover corruptos, castigar crimes no varejo ou no atacado. Significa, Srs. Senadores, dar um primeiro passo efetivo com vistas ao exercício, pelo Estado de Rondônia, do papel que lhe cabe na preservação do que, apesar de tudo o que já houve, ainda se pode chamar a Amazônia brasileira.

Temos que agir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, antes que seja tarde demais!

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

		GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA	NOTA DE EMPENHO	EXERCÍCIO 1.987	1.º VIA		
				E	226/IEF/RO/87		
		ÓRGÃO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEF/RO		CÓDIGO			
		UNIDADE ORÇAMENTARIA CONVÉNIO IEDF/IEF/RO		CÓDIGO			
		FONTE DE RECURSOS		DECRETO N.º			
		1 <input type="checkbox"/> ORÇAMENTO GERAL E SUPLEMENTAR	2 <input type="checkbox"/> CRÉDITO ESPECIAL	3 <input checked="" type="checkbox"/> CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO			
		U.O. PÚBLICO	PROGRAMA	SUB-PROG.R.	AT. PROJ.	ELEMENTO DE DESPESA	IMPORÂNCIA
		PRODUÇÃO DISTR. ASSIST. TEC. MUDAS ESSENC. FLO	ES-4130/05			30.000,00	
		VALOR	ESPECIE DO EMPENHO	1 <input type="checkbox"/> ORDINÁRIO	2 <input type="checkbox"/> ESTIMATIVO	3 <input type="checkbox"/> GLOBAL	DATA
		324.392,98					22.06.87
		DEMONSTRACAO DAS COTAS				DEMONSTRACAO DO ELEMENTO	
		1 a COTA	2 a COTA	3 a COTA	4 a COTA	354.392,98	
		BALDO 354.392,98					
		SUPLEMENTADO					
		RESERVA	30.000,00			30.000,00	
		EMPENHADO	324.392,98			324.392,98	
		PEDIDO		PROCESSO	189/IEF/RO/87		
		1 <input type="checkbox"/> CONSULTA	2 <input type="checkbox"/> CONVITE	3 <input type="checkbox"/> TOMADA DE PREÇOS	PAGO		
		CEP OU MATRÍCULA 049 914 433-34				22.106.101	
		NOME ERISMAR MOREIRA DA SILVA					
		ENDERECO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEF/RO					
		CIDADE PORTO VELHO	ESTADO RO	I.E.F./R.O.			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL		
	Importância que se empenha para dar cobertura ao adiantamento a título de suprimento de fundos, com material de consumo para atender as despesas de pronto pagamento deste IEF/RO.....	-	-		30.000,00		
					TOTAL 30.000,00		

O CRÉDITO DISPONIVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO DESTE DOCUMENTO					
UNIDOS POR	DISPONIBILIZADA DA DESPESA	226/IEF/RO/87			
	90	Barcelos: Engenheiro da C. I. das Especies representante do IEF/RO			
4. UO 0001 - IEF/RO					
Miriel Ferreira Tavares Coord. de Administração					

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA		NOTA DE EMPENHOS		EXERCÍCIO 1.987	1.º VIA						
ÓRGÃO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA /IEF/RO				E	NÚMERO 227/IEF/RO/87						
UNIDADE ORGANIZACIONAL CONVÉNIO INDF/IEF/RO				CÓDIGO							
PONTO DE RECURSOS				LICENÇA N.º							
<input type="checkbox"/> ORÇAMENTO GERAL <input type="checkbox"/> E SUPLEMENTAR		<input type="checkbox"/> CRÉDITO ESPECIAL		<input checked="" type="checkbox"/> CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO							
P.º C. FUNÇÃO PRODUÇÃO		P.º P. PROGRAMA DISTR. ASSIST.		SUB-P.º P. SUB-PROJ. TEC. MUDAS		A.I. PROJ. ESSENC. FL		ELEMENTO DE DESPESA 4 1 3 0/07		IMPOR TÂNCIA 20.000,00	
ESPECIE DO EMPENHO		<input type="checkbox"/> ORDINÁRIO		<input type="checkbox"/> ESTIMATIVO		<input type="checkbox"/> GLOBAL		DATA 22/06/87			
DEMONSTRAÇÃO NAS COTAS								DEMONSTRAÇÃO DO ELEMENTO			
1.ª COTA		2.ª COTA		3.ª COTA		4.ª COTA		196.896,00			
BALDO 196.896,00								196.896,00			
SUPLEMENTADO								20.000,00			
REDUZIDO								20.000,00			
EMPEHNO 20.000,00								176.896,00			
DISPONIVEL 176.896,00								176.896,00			
PEDIDO				PROCESSO 189/IEF/RO/87							
<input type="checkbox"/> CONSULTA		<input type="checkbox"/> CONVITE		<input type="checkbox"/> TOMADA DE PREÇOS		<input type="checkbox"/> CONCORRÊNCIA					
CFC OU MATRÍCULA 049 914 433-34		CREDOR:						PAGO			
NOME ERISMAR MOREIRA DA SILVA								72/00			
ENDEREÇO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA								1			
CIDADE PORTO VELHO		ESTADO RO						2			
ITEM		ESPECIFICAÇÃO		UNID.		QUANTIDADE		VALOR			
								IEF/RO			
Importância que se empenha para dar cobertura ao adiantamento/ a título de suprimento de fundos, com serviços de terceiros, para atender as despesas de pronto pagamento deste / IEF/RO.....		-		-		-		20.000,00			
TOTAL								20.000,00			
O CRÉDITO DISPONIVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO DESTE DOCUMENTO											
EMITIDO POR: <i>Buterele</i>		ORDENADOR DA DESPESA: <i>28</i>									
P.R. DE 00079,00 Reais Coord. de Contabilidade IEF/RO		Barcelos Franklin da C. A. dos Santos Financeiro do IEF/RO									

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

NOTA
FINANCEIRA

Nº do Repasse	DV	Nº da Sub-Repasse	DV	Nº Ordem Bancária	DV	Nº do Processo	Data de Emissão
				318/IEP/LO/87		189/IEP/RO/87	22.06.87

Órgão Executor

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEP/RO

Unidade Gestora

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEP

UF

RO

Código

Autorizo a operação aqui indicada

Importância em Cr\$	Importância em	Taxa Cambial em Cr\$
(30.000,00)		

Importância por Extenso em Cr\$

(TRINTA MIL CRUZADOS)

PAGO

22/06/87

D E B I T E

N/Conto N.º	PRODUÇÃO DISTR. ASSESS. TEC. E DIFUS.	N/Conto N.º	C R E D I T E
24.570-4	DESENV. FLORESTAL		18.000-7

Agência

BANCO DO BRASIL S/A

Cidade

PORTO VELHO



Órgão Executor

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEP/RO

N/Conto N.º

BANCO DO BRASIL S/A

Cidade

PORTO VELHO

UF

RO

Unidade Gestora

UF

Código

Credor

CPF/CNPJ
049 914 433-34

Endereço

N.º do Empréstimo
226/IEP/RO/87

Cidade

PORTO VELHO

- 1 - Suplemento Fundos
- 2 - Outras Pagamentos

TÍTULOS DE CRÉDITO	Número	Espécie
	PAGTO: SUPLEMENTO DE FUNDOS	

T I P O D E C R É D I T O

Orçamento Geral	Crédito Especial	Crédito Extraordinário	CÓDIGO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

REFERÊNCIA AO CRÉDITO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO	DECRETO N.º	DATA

U.O.	Função	Programa	Sub-Programa	Projeto	Fonte de Recursos	Elemento de Despesas
						4130/05

1- RECEBIDO	Selar Financeiro	Ordenador de Despesas
2- CONFERIDO		Mario Franklin da C. A. dos Santos Presidente da IEP/RO

Mario Franklin da C. A. dos Santos

Presidente da IEP/RO

11.05
L.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**NOTA
FINANCEIRA**

N.º do Repasse	DV	N.º do Sub-Repasse	DV	N.º Ordem Bancária	DV	N.º do Processo	Data de Emissão
				319/IEF/10/87		189/IEF/10/87	22.06.87

Órgão Executor

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEF/RO

Unidade Gestora

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEF/

UF

Código

Autorizo a operação aqui indicada

Importância em Cr\$

(20.000,00)

Importância em

Taxa Cambial em Cr\$

PAGO

22/06/87

Importância por Extenso em Cr\$

(Vinte Mil Reais)

I.E.F./R.O

D E B I T E

C R E D I T E

N/Conto N.º PRODUÇÃO DISPLK. ASSIST. TEC. A MUDAS
24.570-4 INSTITUTO DE FLORESTAS

Conto N.º 18.000-9

Agência

BANCO DO BRASIL S/A

Agência BANCO DO BRASIL S/A

Cidade

PORTO VELHO

UF

RO

UF

RO

Órgão Executor

Unidade Gestora

Credor

Endereço

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEF/RO

Cidade

PORTO VELHO - RO

CPF/C.C.

643 914 433-34

N.º do Empenho

227/IEF/RO/87

1 - Suprimento Fundos
 2 - Outros Pagamentos

TÍTULOS DE CRÉDITO

Número
PAGAMENTO DE SUPRIMENTO DE MUNDO

Espécie

TIPO DE CREDITO

CÓDIGO

 Orçamento Geral e
Suplementar Crédito Especial Crédito Extraordinário

REFERÊNCIA AO CRÉDITO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO

DECRETO N.º

DATA

I.O.

Função

Programa

Sub-Programa

Projeto

Fonte de Recursos

Elemento de Despesas

4 1 3 0/07

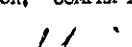
1 - RECEBIDO
2 - CONFERIDO

Setor Financeiro

Ordenador de Despesa

Márcia Yvonne Pimentel
Coord. de AdministraçãoRenato Franklin de C. A. das Santos
Presidente do IEF/RO

SUPRIDOR: ERISMAR MOREIRA DA SILVA
CARGO: DIRETOR DE DEPART. DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO
C P F: 049 914 433-34
VALOR: Czs - 50.000,00 (CINCOENTA MIL CRUZADOS)
OBJETIVO: DESTINA-SU ATENDER COM MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCERIOS, AS NECESSIDADES DESTE INSTITUTO.

ELEMENTO DE DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
- 4 1 3 0/05	<u>MATERIAL DE CONSUMO:</u> RESMA DE PAPEL SULFITI, TONER P/ MAQ.313 Z, DISCO DE EMBREAGEM, BENDIX DO MOTOR DE PARTIDA, LONA 10X 12, PRECO, TINTA, MANGUEIRA, FAROL, CARBURADOR, COMPRA DE COMBUSTIVEL E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO.	30.000,00
ASS:..... 	ASS:.....	
- 4 1 3 0/07	<u>SERVICOS DE TERCEIROS:</u> CARIMBOS DIVERSOS, CHAVES S/ MODELO COM ABERTURA DE PORTA, SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA NO CAMINHÃO F.4000, VAZAMENTO DO MOTOR E TROCA DA LONA DE FREIO, MÃO-DE-OBRA NO MOTOR DE PARTIDA DO PAMPA, LIMPEZA DE CARBURADOR E SERVIÇOS PRESTADO NA LIMPEZA DA SEDE DO IEF/RO, BLOCO DE MENORANDO, SERVIÇO EXECUTADO NO VEÍCULO TIPO GOL PLACA N° FM-6121	20.000,00
- T O T A L		CZB 50.000,00

Localidade PORTO VELHO - RONDÔNIA		Prestação de Contas N.º 005/IEF/RO/87			
De ERISMAR MOREIRA DA SILVA Resp. pelo Sup. de Fundos		Ao INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE RONDÔNIA/IEF/RO Órgão ou Autoridade Controladora			
Suprimento Recebido		Aplicação			
Cz\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL CRUZADOS)		Cz\$ 50.000,00			
Data	N.º do Cheque, OB ou Nota de Suprimento	Importância Cz\$	Data	Descrição Constante da(s) anexo(s)	Importância Cz\$
22.06.87	EXPENHO N.º 226/IEF/RO/87	30.000,00	22.06.87	MATERIAL DE CONSUMO 4130/05	30.000,00
22.06.87	EXPENHO N.º 227/IEF/RO/87	20.000,00	22.06.87	SERV. TERCEIROS 4130/07	19.800,00
Sub.Total		50.000,00	Sub-Total		49.800,00
Consignações descontadas			Consignações descontadas		200,00
Total		50.000,00	Total		50.000,00

Responsável pelo Suprimento de Fundos ERISMAR MOREIRA DA SILVA		PRESTAÇÃO DE CONTAS 005 04.06.87		Anexo 011 N.º	001 Fis.		
Projeto / Atividade PRODUÇÃO DISTRIBUIÇÃO ASSISTÊNCIA TECN. A MEDAS ESSENCIAS MATERIAL Denominação		Estr. de Despesa 4.1.3.0/05					
DOC. N.º	FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇO (Nome, firma ou denominação)	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO			PAGAMENTO		
		Data	Espécie	Número	Valor Bruto	Imp. de Renda	Líquido Pago
001	Livraria e Papelaria Nobre	25.06.87	IF	024216	2.000,00	-	2.000,00
002	Sistemas e Copiadoras de Rondônia Ltda	25.06.87	IF	000682	1.271,00	-	1.271,00
003	Auto Peças São Francisco Ltda	25.06.87	IF	028368	3.000,00	-	3.000,00
004	Auto Peças São Francisco Ltda	25.06.87	IF	028305	437,00	-	437,00
005	Casa Cacique	25.06.87	IF	000056	5.000,00	-	5.000,00
006	Auto Peças São Cristóvão Ltda	26.06.87	IF	006576	2.000,00	-	2.000,00
007	Auto Peças Livagonal Ltda	30.06.87	IF	001804	4.500,00	-	4.500,00
008	O Postinho	30.06.87	IF	110029	1.500,00	-	1.500,00
009	Auto Elétrica Corral	03.07.87	IE	024770	4.000,00	-	4.000,00
010	Casa Cacique	06.07.87	IF	000018	4.000,00	-	4.000,00
011	Papelaria Central Concreto e Pap. Ltda	07.07.87	IF	011230	2.292,00	-	2.292,00
Soma / Transporte			30.000,00	-	30.000,00		

Recebido por:

Conferido por:

Erismar Moreira da Silva
Dir. de Fazenda, Materiais e Mkt
serviços da Unibra - M.R.B.

Moreira da Silva
Conselheira Titular da Mesa
Materias - M.R.B. ou Diretor de Comunicação e Pres.
orientação da Materiais - M.R.B.

Responsável pelo Suprimento de Fundos ERISMAR MOREIRA DA SILVA		PRESTAÇÃO DE CONTAS 005 04.08.87 Nº Data		Anexo 006 Nº		001 fls.	
Projeto / Atividade PRODUÇÃO DISTR.ASSIST.TEC.MUDAS ESSENC.FLORESTAL						Elem. de Despesa 4 1 3 0/07	
Código		Denominação					
C. Nº	FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇO (Nome, firma ou denominação)	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO			PAGAMENTO		
		Data	Espécie	Número	Valor Bruto	Imp. de Renda I-S-B	Líquido Pago
01	HERITIER CORVALAN COMERCIO E REPRES.LTDA	24.06.87	N.FISCAL	004027	2.320,00	-	2.320,00
02	LEDA GARCIA RIBEIRO	25.06.87	" "	00038	4.400,00	-	4.400,00
03	MARIA DE SOUZA LIMA	25.06.87	RECIBO	S/Nº	4.000,00	200,00	3.800,00
04	RONDASA RONDÔNIA AUTOMOVEIS LTDA	30.06.87	N.FISCAL	31465	4.000,00	-	4.000,00
05	AUTO MECÂNICA LIDER	01.07.87	" "	105	2.000,00	-	2.000,00
06	GRAFICA SÃO BENEDITO	01.07.87	" "	2053	3.280,00	-	3.280,00
		Soma / Transporte			20.000,00	200,00	19.800,00

Fecho por:
Moreira da Silva

Conferido por:
EP

Dezº Augusto Assis da Oliveira
Agente Administrativo
I.E.F./RIO

I.E.F./RIO - Instituto do Meio Ambiente
Dr. do Depº de Conservação e
Preservação da Natureza - IEF/RIO

Erismar Moreira da Silva
Dr. do Depº de Conservação e Preservação da Natureza - IEF/RIO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA DE RONDÔNIA - IEF/RO.
(Criado pela Lei N° 000 de 07-01-82)

CONFERIDO E ANALISADO,

VII, 09 / 09 / 1987
Assinatura de Amélia C.R. S. M. Moreira da Silva
C.P.F. 359.348.457-68

AO ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO IEF/RO

A presente Prestação de Contas encontra-se devidamente em ordem, baseando na documentação que compõe este processo.

VIII, 09 / 09 / 1987
Assinatura de Amélia C.R. S. M. Moreira da Silva

AO SENIOR PRESIDENTE

Aprovo e Homologo

VIII, ____ / ____ / 1.987

CH-470842
PAGUE . SE
25116 107

do Garcia Ribeiro

IN: 10038

Rua Gonçalves Ujas, S/n.

• 1.6 Via Série • A •

CGC 06-937-364-0001-80

PORTO VELHO — **BONTONIA**

Imposto Sobre Serviços

da Firma ERIS MARIA DE ACEIBA DA SILVA

1

~~30/10/00~~ 10/11/00

卷之三

卷之三

四二

3.2.2.2. Prestación de servicio

Resposta à Operação: PRESTAÇÃO DE
25 de JULHO de 1984

Condições de Pagamento: AVISTA

Nº	DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇOS	
		Unidade	Total
1	SERVIÇO DE MAD. DE ORUA CAMINHAT E 4000 VAI A - MENTO DO MOTPA E TROCA DA LUNA DE FRESCO		3.600,00
1	MAD. DE ORUA NO MOTO DE PARTIDA DA PAMPA		500,00

Välde do Service C.R. 1.400,00

— 1 —

Não vale como recibo

Total debt Note C-5 4,400.00

Salvo o valor della Nota

dc19

Page 18

R. de Araújo-Nova		Rua Dr. Lourenço da Cunha - 05 Tls. 26x4 de 000.001 a 000.725 Aut. 265 de 04-08-88
Centro		CONCLAVES DA Sociedade Servico X
Presente	scf	Recebido
		Prestado X
Porto V	251-00	1987
Assinatura		

Angeheftet mit Gruß
Dir. des Berl. des Deutschen Reichs
Sternburg, 1. IEF/NO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
Empenho Nº 227/IEF/RO/87	

Proc. Nº 189/87	
Tomado de Contas	VIA

— PAGUE - SE —	
PAGUE . SE	
Em 25/06/87	
CH-410841	
<i>Enviado para o Município de Rio Branco</i>	
Diretor do Depto. de Recursos	
Conservação/IEF/RO	
Cr\$ 4.000,00	

Recebi do Sr. IRISMAR MOREIRA DA SILVA-Suprido do Gov. Estado de RO/IEF, a importância supra de Cr\$ 4.000,00 (QUATRO MIL CRUZADOS), provimento de serviços prestados na limpeza da sede do Instituto Estadual de Florestas IEF/RO.

Vlr. Bruto.....Cr\$ 4.000,00

I S S.....Cr\$ 200,00

Liq. Receber.....Cr\$ 3.800,00

IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR

RG: 09 6820-AC

Maria de Souza Lima

(Nome, firma ou denominação social)

MARIA DE SOUZA LIMA

C./ C.P.F.
CPF: 115 375 312-04

(Endereço)

CERTÍFICO

que os serviços constantes da presente fatura foram plenamente prestados.

Em 25 de Junho de 1987

VISTO

Em _____ de _____ de 198____

CONFERÊNCIA

Foram conferidas
os cálculos.

Em _____ de _____ de 198____

Assinatura

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1988 (nº 381/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

5

Votação, em turno único, do Parecer nº 2, de 1988, apresentado pela Comissão Especial, concluindo que não deve ser objeto de deliberação a Denúncia s/nº, de 1988, do Senhor Deputado Gerson Peres, contra o Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 37, de 1988, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos regimentais, ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações a respeito da Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC, a fim de instruir o estudo do Projeto de Lei de Câmara nº 119, de 1982.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Câmara nº 18, de 1988 (nº 7.135/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1987 (nº 171/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas e dá outras provisões. (Dependendo de parecer.)

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 1985 (nº 2.929/83, na Casa de origem), que altera a redação da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que "institui normas gerais sobre desportos". (Dependendo da votação do Requerimento nº 179, de 1987, de adiamento da discussão.)

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1986 (nº 7.679/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da administração indireta e fundações, das transferências de recursos federais, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 1.024, da Comissão

— de Finanças. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, em audiência.)

Luiz Carlos M. da Nóbrega

11

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1987 (nº 214/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. (Dependendo de parecer.)

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1988 (nº 1.932/83, na Casa de origem), que estabelece normas para o funcionamento das frentes de serviço organizadas em períodos de seca, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

13

Mensagem nº 45, de 1988 (nº 45/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.645,45 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

14

Mensagem nº 48, de 1988 (nº 48/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 180.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

15

Mensagem nº 49, de 1988 (nº 49/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Turiaçu, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.738,72 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

16

Mensagem nº 52, de 1988 (nº 60/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Peabiru, Estado do Pará, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.775,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

17

Mensagem nº 64, de 1988 (nº 79/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Assu, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.965,23 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

18

Mensagem nº 66, de 1988 (nº 81/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jardim, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 7.033,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

19

Mensagem nº 74, de 1988 (nº 89/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Luciara, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 42.437,69 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

20

Mensagem nº 75, de 1988 (nº 90/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mirassol D'óeste, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 62.192,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

21

Mensagem nº 89, de 1988 (nº 103/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

22

Mensagem nº 112, de 1988 (nº 182/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 800.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

23

Mensagem nº 113, de 1988 (nº 183/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rio Branco, Estado do Acre, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.927,84 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

24

Ofício nº S/6, de 1988 (nº 54/88, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 160, de 1986, que autorizou o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 363.865,70 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas 55 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

Nº 65, DE 1988

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, revogada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12 de 1983, de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do pro-

cesso nº 003893/88-0, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da senhora Alba Bezerra Sorianó de Sousa, para emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 7 de abril de 1988, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aluízio Bezerra.

Senado Federal, 11 de maio de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE**Nº 66, DE 1988**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, revigorada pelo Ato nº 12 de 1983, da Comissão Diretora, de acordo com o que dispõe a Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta

do Processo nº 005234/88-3, resolve dispensar, a partir de 03 de maio de 1988, o senhor Osvaldo Alves de Andrade do emprego de Assessor Técnico do Gabinete do Líder do Partido da Frente Liberal, Senador Carlos Chiarelli, contratado sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Senado Federal, 11 de maio de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Luis Carlos M. da Môbrega

MESA**Presidente**

Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente

Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário

Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário

João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário

Aluízio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rolemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DA MAIORIA**Líder**

Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes

João Menezes

Leopoldo Peres

Edison Lobão

João Calmon

Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Mauro Benevides

Olavo Pires

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

Ronaldo Aragão

Cid Sabóia de Carvalho

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marcondes Gadelha

Vice-Líderes

Edison Lobão

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Roberto Campos

Virgílio Távora

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB**Líder**

Ney Maranhão

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Affonso Camargo

Vice-Líder

Carlos Alberto

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana
1º-Vice-Presidente: Vago
2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluízio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Surugay
Edison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho
Lavoisier Maia

PL

Itamar Franco

PSB

Jamil Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal: 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho

— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho
Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

Titulares
Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiwa
Chagas Rodrigues

Suplentes
Ronan Tito
Aluízio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

Lavoisier Maia

PDC

Mauro Borges

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4065

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos
1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira
2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluízio Bezerra
Iram Saraiwa

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Vago

PDT

Maurício Corrêa

PTB
Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE — (CFC)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Chiarelli
Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Almir Gabriel
José Paulo Bisol
Mendes Canale
Nelson Wedekin
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Mauro Benevides
Leite Chaves
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes
Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Saraiwa
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PFL

Afonso Arinos
José Agripino
Guilherme Palmeira
Carlos Chiarelli

Odacir Soares
Divaldo Surugay

PEQUENOS PARTIDOS

Roberto Campos
Virgílio Távora
Carlos Alberto

Mário Maia
Affonso Camargo

Assistente: Goitacaz Brasônio P. de Albuquerque — Ramal: 4026

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4344

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70160**

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.